

## INTRODUÇÃO

*“As melhores cartas são aquelas que nunca foram publicadas.”*

Virgínia Woolf

Dentre as inúmeras possibilidades de comunicação entre os homens por meio da palavra, sobressai-se uma que, pelas características apresentadas, merece uma reflexão cuidadosa: a correspondência escrita, ou seja, as cartas. Apesar da extrema sofisticação existente nos tempos atuais permitindo que fatores como tempo e espaço não sejam mais obstáculos à pronta recepção de mensagens, o homem ainda revela preferência, em determinadas situações, pela comunicação por escrito.

Em outras épocas, a carta era a portadora da notícia. O seu conteúdo, quase sempre lacrado, encerrava o novo, o imprevisto, o esperado, o desejado, o temido. De um lado, o remetente responsável pela mensagem que percorreria alguns poucos quilômetros ou uma distância imensa; de outro lado, o destinatário, que estaria ou não na expectativa de receber a carta, e que iria respondê-la, investido, por sua vez, do papel de remetente. Estabelecia-se, dessa forma, um longo e elaborado diálogo em que a troca dos turnos permitia aos locutores uma análise aprofundada de todas as pistas presentes, e tempo mais que suficiente para a elaboração das respostas.

Quando uma carta chega ao seu destino, independente do seu conteúdo, nas folhas cuidadosamente dobradas, ela já tem sua própria história. Trata-se de um objeto com peso, forma, tamanho, cor e aroma definidos. Pode estar danificada, amarfanhada, pode, quem sabe, carregar ainda os eflúvios de um remetente apaixonado, ou ameaçadora, fazer trêmulas as mãos de quem a recebe, ao reconhecer sua procedência. Seria interessante, sem dúvida, um estudo, não só dos tipos de envelope; do lacre que fechava as cartas antigas, que, por sinal, é feito da mesma substância resinosa com que se costumam selar as garrafas; dos sinetes que imprimiam no lacre o monograma, o brasão de um remetente poderoso; dos selos e das estampilhas; mas ainda do próprio mobiliário

onde se escrevia e se guardava a correspondência, tamanha era a importância que se dava ao hábito de se comunicar por meio de cartas.

Um dos temas constantes entre pintores europeus do passado eram as cenas domésticas, dentre elas, uma das preferidas era a de uma mulher, quase sempre jovem, com uma carta. Como exemplo, temos a série de quadros do pintor holandês Jan Vermeer (1632-1675) retratando mulheres, sempre em ambientes luxuosos, geralmente vestidas de amarelo, que, de acordo com testemunhos da época, era a cor preferida pelos apaixonados, própria de amantes e prostitutas. Mulheres que recebem, lêem ou escrevem cartas de amor. Observando estas obras, podemos deduzir que o intercâmbio das cartas permitia que a mulher recebesse não só notícias de um possível namorado ou amante, mas também, através do contato com o mundo exterior, tivesse um alargamento da esfera doméstica em que era obrigada a viver, segundo as normas sociais da época.

Os tempos são outros, as possibilidades de comunicação entre as pessoas multiplicaram-se, no entanto, a necessidade de enviar e de receber mensagens por escrito ainda continua. Dessa forma, atualmente, apressados amigos, filhos, namorados e amantes se socorrem de cartões coloridos, perfumados, musicais, tradicionais ou ousados, para simplesmente dizer “presente” nas datas previstas, empregando fórmulas - achados felizes de anônima autoria - para expressar gratidão, amizade, simpatia, afeto, solidariedade e, porque não, amor. Os apaixonados, com dificuldade de expressar seus sentimentos, utilizam-se, além dos manuais de cartas de amor, que já fizeram tanto sucesso, tão pródigos em modelos prontos para serem adaptados, dos cartões com dizeres para toda e qualquer ocasião existentes para suprir as necessidades de quem se contenta em se aproveitar do “já-dito” para comunicar o que, no auge da paixão, julga ser o “nunca-antes-sentido”.

Nosso objeto de estudo – a correspondência escrita - situa-se dentro do campo da epistolografia. Na realidade, ela é a própria arte de escrever qualquer tipo de carta. Cartas com intenções meramente pragmáticas, sem preocupação de estilo, que são escritas única e exclusivamente para um destinatário; cartas que, apesar de serem pragmáticas, também têm uma preocupação literária, já que seu

remetente é normalmente um escritor que, mesmo ao tratar de assuntos particulares e de foro íntimo, não pensando numa possível publicação de sua correspondência, não consegue se desvencilhar de seu alter-ego literário; finalmente, cartas com intenção literária, quando quem escreve, se dirige não apenas ao destinatário expressamente nomeado mas ao leitor virtual.

Muitas pesquisas têm se realizado, fundamentadas no conteúdo das cartas. Muito trabalho ainda pode ser feito nesse campo. Por exemplo, o estudo da correspondência através dos tempos permite a reconstituição de fatos, por intermédio de uma ótica diferente, mais particular, mais subjetiva que revela aspectos muitas vezes desconhecidos da vida social e política. Nesse sentido, sempre que as cartas de uma figura de renome na política, nas artes, ou em outro campo da vida pública são editadas, existe um vivo interesse de estudiosos na sua leitura e análise, visando à confirmação e/ou ao esclarecimento de fatos passados.

Outra possibilidade de estudo são os manuais de cartas. Na Instrução Preliminar do *Secretário Português, ou Método de Escrever Cartas* (Lisboa, 1815), Francisco Jozé Freire esclarecia com precisão o papel dos manuais de cartas que vão se multiplicar até a primeira metade do século XX: *“Não há coisa mais comum como o escrever cartas e, contudo, não é coisa comum o sabê-las compor. A necessidade da vida faz com que cada um entre a fazê-las; porque tanto aos ignorantes, como aos Sábios freqüentemente é preciso o comunicarem-se por meio de cartas com os ausentes: porém pelo ordinário só é próprio de pessoas inteligentes o compô-las com método e boa forma. Para isto valem-se de preceitos e de exemplos...”*.

Não podemos deixar de mencionar a importância do romance epistolar e o sucesso que esta fórmula conhece desde o final do século XVII, início do século XVIII, quando se firmou como gênero literário, sendo anterior ao romance propriamente dito. Normalmente o romance epistolar tem toda sua trama apresentada nas cartas trocadas, sendo que, muitas vezes, existe um entrelaçamento de vários remetentes e destinatários, cada qual dando a sua visão dos fatos, numa antecipação de romances do século XX, quando acontece com

freqüência a fragmentação do foco narrativo de um narrador único, e o enredo passa a ser visto de pontos de vista distintos, a partir de personagens diferentes. O romance epistolar por excelência é *Ligações Perigosas* de Pierre Choderlos de Laclos (Paris, 1782). Em seu prefácio, o autor, que se declara um compilador das cartas, afirma que mudou os nomes dos missivistas para protegê-los. Ao fazer esta afirmação, ele vai situar o leitor como um “voyeur” que se compraz em tomar conhecimento dos pensamentos e dos sentimentos mais particulares de pessoas - não de personagens - sem a permissão delas que desconheciam que tais cartas seriam publicadas. É evidente que se trata de um estratagema literário bem conhecido e é isso que atrai o leitor: ser testemunha de uma história que não é a sua e que se pretende secreta.

Os mais famosos romances epistolares que conhecemos, todos eles do século XVIII, além das “*Ligações Perigosas*”, já citado, são “*A Nova Heloísa*” (1761) de J.J. Rousseau, “*Pamela*” (1740), “*Clarissa Harlowe*” (1748) e “*Sir Charles Grandison*” (1753) de S. Richardson, “*O Jovem Werther*” de Goethe e, finalmente, já no início do século XIX, “*As últimas cartas de Jacob Ortis*” (1802) de U. Foscolo.

Como a área de interesse de nossa dissertação não abrange as cartas ficcionais presentes, não só nos romances epistolares, mas em inúmeras narrativas, deixaremos de lado este rico filão, projetando para o futuro, quem sabe, uma pesquisa nessa área. Existe um campo vastíssimo a ser explorado envolvendo a temática das cartas. É necessário, pois, que delimitemos com exatidão o objeto da presente pesquisa.

Nossa proposta, além de uma análise exploratória de alguns aspectos semânticos e pragmáticos da correspondência amorosa de duas figuras conhecidas no cenário social, político e literário brasileiro: Ruy Barbosa e Monteiro Lobato, é a criação de um pano de fundo para as cartas de amor em geral, situando-as em relação a outras escritas anteriormente, ressaltando, por exemplo, a importância desse tipo de comunicação e em que condições era realizado.

Dessa forma, no primeiro capítulo, apresentaremos uma breve história dos correios, mais particularmente, da remessa e da entrega das cartas,

baseando-nos na obra “*Correios no Brasil – The Brazilian Post*”, edição bilíngüe comemorativa dos correios de 1990. Em seguida, abordaremos a história da epistolografia, detendo-nos na epistolografia em Portugal e no Brasil, sendo que nossa obra básica de referência, aliás única no gênero, é “*A Epistolografia em Portugal*”, de Andrée Crabbé Rocha; infelizmente, no Brasil, não temos nenhuma publicação, a não ser os prefácios dos livros já publicados de correspondências célebres e anotações breves em livros e dicionários de literatura. Está ainda para ser realizado um estudo rigoroso e documentado de nossa epistolografia. Trataremos, a seguir, dos manuais de cartas existentes em língua portuguesa e, além da tipologia de cartas tradicionalmente apresentada pelos manuais, apresentaremos algumas que fogem justamente a esses esquemas.

No segundo capítulo, trataremos especificamente das cartas de amor, realçando que, inúmeras vezes, amorosos do mundo todo, há muito tempo, pedem socorro às fórmulas prontas, representadas atualmente tanto pelos manuais quanto pelos cartões impressos. Em seguida, traçaremos um rápido percurso da constituição da expressão do sentimento amoroso a partir do *Cântico dos Cânticos* (século IX a.C.), do Antigo Testamento; passando pelo *Banquete* (século IV a.C.), de Platão; pela *Arte de Amar*, do poeta romano Ovídio (43 a. C.- 18 d.C.); pela correspondência amorosa mais famosa da Idade Média, a de Abelardo e Heloísa (século XII); também nos deteremos nos transportes amorosos de Saint-Preux à Júlia, personagens criados por Rousseau (1712-1778) no romance epistolar *Júlia* ou *A Nova Heloísa*, abordando, principalmente, seu esclarecedor prefácio.

No terceiro capítulo, fundamentando-nos nos trabalhos da semântica cognitiva que apresenta como um de seus postulados que conceitualizamos o mundo usando a metáfora em tão larga escala que, muitas vezes, não temos consciência da existência de metáforas de nível básico que servem para categorizar o modo como o percebemos e o entendemos e que os valores de uma cultura são coerentes com a estrutura metafórica dos conceitos dessa cultura, realizaremos o levantamento das metáforas presentes nas declarações amorosas das cartas de amor dos, então, noivos Rui Barbosa e Monteiro Lobato, a partir da

hipótese de que suas expressões metafóricas amorosas formam um sistema coerente com os modelos conceituais do amor que eles têm introjetados em suas mentes.

No quarto capítulo, empregando a abordagem interacionista que postula a interação verbal como a realidade fundamental da linguagem e que, de um ponto de vista pragmático, preocupa-se com os enunciados realizados em situações comunicativas particulares concretizadas, procuraremos estabelecer algumas estratégias que os remetentes das cartas empregam com a intenção de modificar ou conservar a informação pragmática das destinatárias, tendo em vista alimentar e aumentar o sentimento amoroso das mesmas. Para tanto, estudaremos o emprego dos vocativos epistolares, a utilização das máximas de polidez pelos missivistas e as estratégias empregadas para garantir a troca de turno.

Na conclusão, procuramos verificar a validade do estudo realizado no terceiro e quarto capítulos, na medida em que são comparadas a construção da metáfora do amor em Rui Barbosa e a de Monteiro Lobato, bem como as estratégias de que ambos se utilizam para alimentar o sentimento em suas noivas. Os anexos apresentarão algumas cartas do corpus.

Uma pequena digressão: meu interesse por cartas é muito antigo. Quando pequena, esperava com ansiedade o carteiro que passava por minha rua e entregava todos os dias, em casa, os jornais, os pacotes de livros que meu pai encomendava, as cartas que recebia. Sua figura era a do mensageiro que transportava a notícia, a palavra, as novidades. Ele passava à tarde, mais ou menos às duas horas, e, quando ele se atrasava, eu me preocupava. Os jornais eu lia, as cartas, não. Elas vinham lacradas e ninguém, a não ser o destinatário, meu pai, poderia abri-las. Esta interdição, evidentemente, aguçava minha curiosidade: aquele objeto fechado continha uma mensagem que só o dono podia conhecer. Este caráter particular da correspondência fazia dela algo precioso, secreto, proibido. Quando chegava alguma carta para minha mãe, geralmente de algum parente, ela deixava que eu a abrisse e líamos juntas - com que prazer - o seu conteúdo. Com o passar do tempo, minha mãe me incumbiu de responder as

cartas que um velho tio lhe escrevia: o tio Osório. Pela primeira vez, vi meu nome sobrescritado num envelope, encimado por “à gentil senhorita” Ele foi o meu primeiro correspondente, dele foram as primeiras cartas que recebi. Posso afirmar com segurança que não são apenas as cartas de amor que emocionam. Receber palavras de amizade, de carinho, saber que alguém distante pensou em você, deixou de lado suas atividades e sentou-se para enviar-lhe uma mensagem, mesmo que curta, aquece o coração. Passados tantos anos, e tantas cartas depois, ainda sinto um prazer muito grande ao abrir minha correspondência pessoal. Arrependo-me por ter queimado uma coleção delas, mais de cem, quando fiquei noiva, não do remetente das cartas. E são justamente as cartas de amor de outros remetentes para outras destinatárias que quero analisar. Este trabalho tem para mim, entre outras funções, a catártica pelo fato de me desvencilhar do teor daquelas outras cartas. Afinal uma carta de amor é sempre uma carta de amor e - como escreveu Fernando Pessoa - toda carta de amor é ridícula. Ridículas, risíveis, não importa. Queimei as minhas cartas, quando tinha vinte e poucos anos, hoje tenho cinqüenta e quero remexer em suas cinzas, analisando as cartas de amor alheias antes de jogá-las ao vento definitivamente.

## PRIMEIRO CAPÍTULO

*Uma carta é a conversa mútua entre amigos ausentes, e não deveria ser nem inculta, grosseira, nem artificial, nem confinada a um único tópico, nem enfadonhamente longa. Assim, a forma epistolar favorece a simplicidade, a franqueza, o humor e o espírito.*

Erasmus de Rotterdam

### 1. A História dos Correios

Se pudéssemos retornar ao passado – 4000 a.C. – e nos transportar para um lugar bem distante – China - , iríamos provavelmente cruzar com emissários a cavalo transportando sacos contendo correspondências. Esta é a notícia mais antiga que temos a respeito dos correios. Continuando nossa viagem, passando pela antiga Palestina, testemunharíamos a troca de correspondência mantida entre os reis de Israel e de Judá. Lá a distância era mais curta, mas os perigos também rondavam os caminhos difíceis. Desde aquela época, uma legião de heróis anônimos tem sido responsável pela comunicação, transportando mensagens escritas.

O correio mais eficiente da Antigüidade, segundo os estudiosos, era o dos persas, a respeito dele, o historiador grego Herodoto (484-420 a.C.) observou:

*”Não existia entre os mortais, nada mais rápido do que esses mensageiros. Homens e cavalos ficavam estacionados, a intervalos, nas estradas que ligavam os agrupamentos humanos do império: um homem e um cavalo para cada jornada de um dia, e tantas vezes quantas fossem necessárias para cumprir-se o inteiro trajeto”.*

( Herodoto citado por “*Correios no Brasil – The Brazilian Post*”)

O Império Romano vai aperfeiçoar o sistema persa, criando o “cursus publicus”, “cursor” era o nome que se dava aos mensageiros. As estações postais,



espalhadas por todo império, vão dar origem a grandes centros, pois os governadores e os funcionários distantes da metrópole precisavam estar próximos a esses locais que irradiavam as comunicações.

Ao lado do sistema de correio do governo, começou a se desenvolver um sistema particular de estafetas que assegurava a troca de correspondência e mercadoria dos mais ricos e dos nobres. A eficiência desse serviço e sua confiabilidade serão muitas vezes contestadas por personalidades da época. Cícero (106 – 43 a.C.), famoso orador e político romano, conhecido também por suas correspondências, queixava-se freqüentemente da ineficiência na entrega das cartas e das encomendas:

*“... Eu esperava impacientemente, como é meu hábito, ao entardecer, uma carta sua, quando me anunciam que jovens escravos acabavam de chegar de Roma. Eu os mando entrar e lhes pergunto se eles trazem uma carta. Eles respondem que não. ‘Como? - enfureço-me - nada de Pomponius?’ Eles se apavoraram com o tom de minha voz e confessaram que tinham recebido uma, mas a perderam durante a viagem.”*  
(carta a Ático, datada de abril de 59 a.C. trad. da edição francesa: *Cicéron. Correspondance.*)

Com a queda do Império Romano, interrompe-se esse sistema de comunicações que vai se restabelecer, já na Idade Média, na época de Carlos Magno. Os senhores feudais também possuíam seus estafetas particulares que deviam portar um salvo-conduto com tantos selos quantos fossem os feudos por onde iriam passar. Os selos medievais eram sinetes ou chancelas, apresentando as armas do senhor feudal, apostos ao lacre. A Universidade de Paris, florescente centro cultural na Idade Média, possuía seu próprio sistema de comunicações entre os professores, os alunos e suas famílias e que se encarregava do transporte de cartas, dinheiro, roupas e alimentos. Marco Polo relata que, no Oriente, a corte do imperador mongol Kublai Khan era servida por mais de mil estações postais disseminadas pelo império e interligadas por estradas.

No início da Idade Moderna, com o aparecimento da imprensa e a proliferação do ato de escrever, os serviços postais melhoraram muito, e

passaram a dar lucro. O sistema mais famoso foi o implantado, a partir do século XIV, pela família de nobres Torre e Tasso. Data dessa época o costume de os mensageiros, ao chegarem nas localidades, se anunciarem, tocando uma trompa de chifre ou de metal, tendo este instrumento se tornado o símbolo dos correios na Europa.

O primeiro selo adesivo, o “Penny Black”, foi criado em 1840, por Rowland Hill que também foi responsável por uma reforma significativa nos serviços postais da Grã-Bretanha. Até essa época, o destinatário e não o remetente era o responsável por todas as despesas de postagem. Conta-se que, pelo fato de o destinatário ser responsável pelas despesas do transporte da correspondência, era comum burlar-se o pagamento, pois a pessoa que recebia a carta podia ficar sabendo de seu teor por meio de uma mensagem cifrada no próprio envelope. Dessa forma, ele recebia a carta e, depois de ler o envelope, devolvia-a ao mensageiro, recusando-se a pagar a tarifa devida.

O primeiro intercâmbio postal no Brasil data do seu descobrimento. Pero Vaz de Caminha escreveu ao rei D. Manuel, o Venturoso, a famosa “Carta do Descobrimento”, relatando os primeiros contatos de Pedro Álvares Cabral e sua tripulação com a terra descoberta e seus habitantes. Quando uma das caravelas da esquadra de Pedro Álvares Cabral retornou a Portugal, levando a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel, estabeleceu-se a primeira conexão entre o Brasil-Colônia e a Metrópole. De acordo com as palavras de Pero Vaz de Caminha, outras cartas também devem ter sido enviadas na mesma caravela:

*Senhor,*

*Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que nesta navegação agora se achou, não deixarei também de dar minha conta disso a Vossa Alteza, o melhor que eu puder, ainda que – para o bem contar e falar – o saiba fazer pior que todos.*

(J. Cortesão, *A Carta de P. Vaz de Caminha*, Rio, 1943, citado por Crabbé Rocha)

Durante os primeiros tempos de colonização, as embarcações portuguesas levavam e traziam a correspondência, tanto para a metrópole como

para o Norte e o Sul do país, como uma espécie de favor. A distribuição das cartas no território brasileiro era feita graças ao interesse de portadores ocasionais, não oferecendo nenhuma segurança. Os locais mais afastados dos portos eram servidos apenas por escravos, viajantes e tropeiros.

Em 1663, o nosso sistema de entrega de correspondências começa a ser implantado: dois assistentes de correio-mor são nomeados. Na Bahia, Bartolomeu Fragoso Cabral e, no Rio de Janeiro, o Alferes João Cavaleiro Cardoso. De qualquer forma, o serviço não era eficiente no século XVII e muito menos no século XVIII. Finalmente em 1798, o governo português determinou que se instituíssem definitiva e oficialmente os Correios Marítimos para o Brasil, os quais ficariam subordinados ao Ministério da Marinha do Reino. Temos, quase um século depois, em 1876, nas cartas de Ruy Barbosa a Maria Augusta, muitas evidências de como esse correio funcionava:

*Minha muito adorada noiva, MARIA AUGUSTA*

*“Felizmente os vapores se vão agora quase diariamente sucedendo, e quase dia a dia, portanto, oferece-se-me oportunidade de distrair-me alguns instantes da pesada vida, que aqui levo, conversando, embora de longe, contigo sobre o que interessa ao teu e ao meu coração...”*

(carta de Ruy a Maria Augusta. Rio, 14 de julho de 1876)

*MARIA AUGUSTA, minha querida noiva do coração*

*“Escrevi-te ontem; mas como a mala fecha-se mais tarde do que eu calculava, tenho ainda tempo felizmente, de te dizer hoje uma palavra. Ao meu coração é sempre tão suave este prazer, que, se me fosse possível obedecer-lhe nisto, diariamente receberias cartas minhas.*

*Estou hoje cuidadoso, e muito cuidadoso; porque três vapores têm vindo já daí, o Donatti, o Ville de Bahia e o Tagus, sem que eu receba notícias de ninguém.”*

(carta de Ruy a Maria Augusta. Rio, 1 de julho de 1876).

Ruy Barbosa conhecia todos os vapores e pacotes que eram encarregados das remessas postais e freqüentemente se refere a eles em sua

correspondência amorosa: *Brasileiro, Sênégal, Maskelyne, Buenos Aires, Aconcágua, Habsburg* entre outros.

Também em 1798, foram criados, na Colônia, os correios interiores, a fim de facilitar as comunicações de todas as capitanias. Nascia nesse momento a organização técnica dos serviços postais no Brasil. Até então, a correspondência que chegava à colônia, vinda de Portugal em paquetes, era entregue nos palácios dos governadores, onde a procuravam os interessados. No Rio de Janeiro, por exemplo, era comum a correspondência ser apregoada das janelas do Palácio, sendo que muitas vezes os nomes dos destinatários nem eram chamados; simplesmente, as cartas eram atiradas a quem as reclamasse. As coisas começaram a melhorar quando surgiram os regulamentos que criavam as caixas-postais e o ofício de carteiros distribuidores. A vida sofrida de nossos carteiros, responsáveis pela entrega da correspondência nas cidadezinhas do interior, é narrada por Monteiro Lobato:

*“Nomeado que é o homem, não percebe a princípio a sua desgraça. Só ao cabo de um mês ou dois é que entra a desconfiar; desconfiança que por graus se vai fazendo certeza, certeza horrível de que o “empalaram” no lombilho duro do pior matungo das redondezas, com, pela frente, cinco seis, sete léguas de tortura a engolir por dia, de mala postal à garupa.*

*Eis as puas do aparelho de tormento, as tais léguas! Para o comum dos mortais, uma légua é uma légua; é a medida duma distância que principia e acaba lá. Quem viaja, feito o percurso, chega e é feliz.*

*As léguas do estafeta, porém, mal acabam voltam “da capo”, como nas músicas. Vencidas as seis ( suponhamos um caso em que sejam só seis) renascem na sua frente de volta. É fazê-las e desfazê-las. Teia de Penélope, rochedo de Sísifo, há de permeio entre o ir e o vir a má digestão do jantar requentado e a noite mal dormida; e assim um mês, um ano, dois, três, cinco, enquanto lhes restarem: a ele nádegas, e ao sendeiro lombo.”*

(conto “*Um suplício moderno*”, publicado no livro “*Urupês*”)

A vinda da família real para o Brasil em 1808 proporcionou uma nova e ampla reorganização dos correios. Nesse mesmo ano, o governo aprovou o primeiro regulamento postal que ditava normas de trabalho, inclusive horários a que deviam obedecer os empregados nas seções e regras para o recebimento e expedição da correspondência das pessoas da cidade às capitânias.

Durante o reinado de D. Pedro I, após a independência do Brasil, estabeleceu-se a franquia postal a todos os jornais, livros e revistas nacionais e internacionais, fato de suma importância, pois, pela primeira vez, os brasileiros tiveram acesso às novidades intelectuais, culturais e sociais, sem ter necessidade de ir à Europa.

Nossos correios foram pioneiros na utilização do selo postal adesivo, nas Américas. Na época, 1842, apenas um ano depois da criação do “Penny Black” inglês, D. Pedro II, com 17 anos de idade, autoriza a criação do selo “olho-de-boi” que apresentava, sobre um fundo de linhas onduladas e entrelaçadas, os algarismos indicativos dos valores de 30, 60 e 90 réis. Houve quem tivesse a idéia de representar em nosso primeiro selo, a efígie do jovem imperador, no entanto, a Casa Real não deu a permissão. Apenas em 1866, os selos passaram a representar o retrato de D. Pedro II tendo sido estes, também, os primeiros selos picotados. Os anteriores eram destacados com uma tesoura antes de serem usados.

A última reforma postal realizada por D. Pedro II foi em março de 1888, pouco antes da promulgação da República. Nesse mesmo ano, o imperador aderiu ao tratado que criou em Berna a União Geral dos Correios que, logo em seguida, transformou-se no UPU (União Postal Universal). No ano da Proclamação da República, 1889, foi criado no Rio de Janeiro, o primeiro Museu Postal Brasileiro.

No Brasil, o serviço aéreo regular teve início em 1927. Como curiosidade, é interessante saber que o Correio aéreo na Europa já existia desde a época do aparecimento dos primeiros balões de ar quente. Com a invenção do dirigível com casco de alumínio, que permitia auto-suficiência bem maior que a dos balões, o continente americano passou a se beneficiar desse tipo de

transporte. Eram os famosos “Zeppelin”. Ao chegar ao seu destino, o Zeppelin lançava os sacos postais em lugares marcados por bandeirolas, que, em seguida, eram levados até as agências mais próximas. Entre 1930 e 1937, os dirigíveis freqüentaram regularmente os céus do Brasil, transportando, entregando e recebendo correspondências.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT foi criada em 20 de março de 1969, há 30 anos, portanto. Novamente estabeleceu-se uma completa reformulação, principalmente administrativa.

Os serviços dos correios atualmente são extremamente diversificados, na realidade, sempre que vamos examinar nossa caixa de correspondência, nos deparamos, ao lado das contas a pagar e dos extratos bancários, com dúzias de cartas-propaganda que quase nunca lemos. Mas nem sempre foi assim. Um dos primeiros usuários a empregar uma estratégia de vendas pelos correios foi Monteiro Lobato, personalidade extremamente empreendedora e de imaginação muito fértil. Ele acabara de editar, em 1918, por sua conta e risco, seu livro de contos “Urupês”, nas oficinas de “O Estado de São Paulo”. Eram mil exemplares que precisavam ser vendidos, antes de mais nada, para cobrir os gastos com a impressão. Desnortado, ele verifica que, em todo o país, de Norte a Sul, existiam apenas trinta e poucas livrarias. O episódio é narrado por seu mais respeitado biógrafo, Edgard Cavalheiro:

*(Lobato) “dirige-se, então, ao Departamento dos Correios, solicita uma agenda e constata a existência de mil e tantas agências postais espalhadas pelo Brasil. Escreve delicada carta circular a cada agente, pedindo a indicação de firmas ou casas que pudessem receber certa mercadoria chamada “livro”. Com surpresa recebe resposta de quase todas as localidades. De posse de nomes e endereços assim obtidos, procura entrar em contato com os possíveis clientes, escrevendo-lhes longa circular, portadora de original proposta:*

*“Vossa Senhoria tem o seu negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o lucro. Quer vender também uma coisa chamada “livro”? V. S.<sup>a</sup> não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Trata-se de um*

*artigo comercial como qualquer outro, batata, querosene ou bacalhau. E como V. S.<sup>a</sup> receberá esse artigo em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender os tais “livros”, terá uma comissão de 30%; se não vendê-los, no-los devolverá pelo Correio, com o porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa”.*

*Quase todos toparam, e Lobato passou dos trinta e poucos vendedores anteriores, que eram as livrarias, para mil e tantos postos de vendas, entre os quais havia lojas de ferragens, farmácias, bazares, bancas de jornais, papelarias.”*

*(Monteiro Lobato – Vida e Obra. de Edgard Cavalheiro).*

A instituição dos Correios é considerada um dos mais importantes elementos de integração entre os homens. Apesar de estarmos na passagem do milênio, com tantos outros meios mais rápidos e eficientes de comunicação, os Correios certamente terão vida longa, já que criou uma malha interligando todo o planeta, permitindo que todos os homens tenham acesso à comunicação. Basta para isso que tenha papel, envelope, selo, saiba escrever, ou peça a outra pessoa que escreva a mensagem que queira enviar. Com uma margem de segurança infinitamente maior do que no tempo dos Césares, a carta chegará ao seu destino de avião, de ônibus, de trem, de barco, ou a cavalo.

## **2. A Epistolografia**

A Epistolografia (do gr. *epístole*, carta+*graphein*, escrever) é a arte de escrever cartas. É dessa forma que os dicionários nos apresentam este verbete. A função primordial da carta sempre foi utilitária, pragmática: uma pessoa qualquer precisa comunicar-se com outra, existe um empecilho, que é a distância, que as separa, a solução encontrada é escrever a mensagem e conseguir meios para enviá-la. É aqui que entra o elemento intermediário, tão importante quanto o remetente e o destinatário: “o correio”, materializado na pessoa do portador da carta, do mensageiro.

O fato de a correspondência entre dois missivistas ser normalmente de caráter particular, contendo uma mensagem que não pode ser conhecida a não ser pelo remetente e seu destinatário, criou a necessidade de mensageiros corretos a tal ponto que, em nenhuma hipótese, a não ser por vontade expressa do remetente, lessem a carta ou a entregassem a estranhos. Não é difícil imaginar que, para tal ocupação, se exigisse que a pessoa não soubesse ler (estamos apenas especulando, ao aventar esta possibilidade). Remetentes ilustres envolvidos na política, por exemplo, preocupavam-se com a possibilidade de violação de sua correspondência. Podemos citar Cícero (106 – 43 a.C.) que, pelas atividades políticas em que constantemente se encontrava envolvido, temia pela própria segurança, temor que se concretizou mais tarde, pois veio a ser assassinado por motivos políticos:

*...”Se demorei a responder é porque não encontro um correio seguro. Quantos, com efeito, são capazes de entregar uma carta sem a ler do começo ao fim, com a finalidade de tornar o fardo mais leve?*

(carta a Ático, datada de janeiro de 61 a.C. trad. da edição francesa: *Cicéron. Correspondance.*)

J.I. Roquette, dezoito séculos mais tarde, continua demonstrando a mesma preocupação a respeito da violação de correspondência ou, ainda, do perigo de se escrever a alguém que, mais tarde, poderá se aproveitar de segredos que lhe foram confiados:

*Nem todos os assuntos se podem confiar ao papel. Quantas pessoas hão acarretado sua própria desgraça por não terem presente esta advertência! É mui fraca, meus filhos, a segurança que oferece uma obreia, ou alguns pingos de lacre, para um segredo importante... Além de quê, o amigo a quem nos dirigimos poderá deixar de sê-lo com o tempo, e sempre pelo papel se está dizendo a mesma coisa. Quando menos é fazermo-nos escravos voluntários de outrem confiando-lhe por escrito um segredo cuja publicação nos poderá prejudicar. Não dizer mais nem menos*



*do que se necessita, é todo o merecimento de semelhantes cartas. a concisão e clareza devem ser sua divisa distintiva. Recomendo-vos, meus filhos, que não guardeis, antes lançai ao lume, quaisquer cartas de amigos cujo assunto lhes poderia fazer dano se viesse a ser conhecido. Obrando assim, fareis o que desejaríeis que eles vos fizessem em idênticas circunstâncias.*

(Roquette, J.I.. “Código do Bom-Tom”. Paris, 1845.)

O próprio Napoleão Bonaparte (1769-1821) perdeu uma batalha, em 23 de março de 1814, por conta de um bilhete escrito em sua tenda de campanha e interceptado por seus inimigos. O bilhete revelava seus planos de combate, exatamente o que o marechal prussiano Blücher precisava saber para derrotá-lo.

Existem situações em que o remetente, apesar de se dirigir a um destinatário específico, deseja que o conteúdo de sua carta seja conhecido pelo fato de a carta ser uma forma de comunicação mais direta, onde se espera que a interpelação ao destinatário seja freqüente, pois este, por sua vez, vai ter a oportunidade de redargüir. É pelo motivo de apelar, de se dirigir diretamente a quem lê ou a quem ouve, que determinados remetentes aproveitam a fórmula epistolar para expor suas opiniões políticas, morais, filosóficas ou religiosas para um público maior ou para gerações futuras.

Caso exemplar nós temos nas epístolas que o apóstolo São Paulo (entre 5 e 15 d.C.- 62-64 ou 67) escrevia para as pequenas comunidades que havia visitado, com a finalidade de manter acesa nelas a chama do cristianismo que ele pregava. Apesar de cada carta se destinar a uma igreja de uma determinada comunidade, o próprio apóstolo pedia que os cristãos trocassem as mensagens que recebiam de forma que todas as pessoas evangelizadas por ele tivessem acesso a todas mensagens. Dessa forma, foram se formando várias coleções de epístolas que atualmente conhecemos como o epistolário paulino:

*“Lida que for esta carta entre vós, fazei que seja lida também na Igreja dos laodicences, e vós ledes a dos laodicences.*

(*Epístola aos Colossenses de São Paulo, Apóstolo*)

**Carta**, de acordo com o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira* (1981) de Antônio Geraldo da Cunha, deriva do grego, *chártes*, por intermédio do latim, *charta*, e, na acepção que nos interessa, significa “comunicação devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas”, enquanto que **Epístola**, de acordo com a mesma fonte, deriva do grego, *epistolé*, por intermédio do latim, *epistula*, designando “*cada uma das cartas dos apóstolos às comunidades cristãs primitivas*” e, por extensão, qualquer tipo de carta.

A distinção feita por J.-I. Roquette, em seu “*Diccionario dos Synonymos da Lingua Portuguesa*, edição de 1869, a respeito dos dois verbetes é a seguinte:

*Geralmente falando chamam-se cartas as que se escrevem, principalmente em prosa, no comércio da vida, e com respeito à literatura também as que escrevem os autores modernos, sobretudo em línguas vulgares, em que tratam assuntos científicos, literários ou políticos; e assim dizemos as cartas de Vieira, de Santa Teresa, de Mme de Sevigné, do Pe Isla, de Cadalso, de J.A. de Macedo, etc. Ao contrário, chamam-se epístolas as que escreveram os antigos nas línguas mortas; e assim dizemos as epístolas de Cícero, de Sêneca, de Plínio, de São Paulo, etc. As cartas em verso costumam-se chamar epístolas.*

*Tudo o que forma matéria de um discurso pode sê-lo de uma carta ou de uma epístola, porque do mesmo modo que o orador, pode também o escritor propor-se a agradar, a instruir e a mover o leitor. – Há cartas puramente agradáveis, outras didáticas, outras filosóficas. Tudo pode tratar-se no estilo epistolar. Muitas novelas foram escritas em forma de cartas, como as de Clarissa, Nova Heloísa, etc. Tempo houve em que este método foi muito da moda, e ainda nas ciências mais profundas, como as cartas de Euler a uma princesa da Alemanha. – Tanto as cartas como as epístolas não têm um estilo determinado, pois tomam o que corresponde ao assunto, e às pessoas, porém deve sempre ser fácil, natural e ligeiro.*

(J. -I. Roquette. *Diccionario dos Synonymos da Lingua Portuguesa*, edição de 1869)

A epistolografia foi se estabelecendo como arte, sendo considerada um gênero literário, a partir do momento em que “escrever cartas” deixou de ter o atributo básico de possibilitar a comunicação, por escrito, particular entre duas pessoas. A atividade epistolográfica passa a ter uma intenção simultaneamente pragmática e literária, ou ainda uma intenção exclusivamente literária, como é o caso das novelas e dos romances epistolares, obedecendo aos preceitos da retórica, explicitados em vários escritos e manuais que vão se multiplicar a partir da Idade Média.

Tantas cartas já foram escritas, tão poucas conservadas, algumas pelos próprios remetentes, que já anteviam a sua importância para as gerações futuras e tiveram o cuidado de revisá-las e organizá-las por assunto, cuidando, inclusive, de sua publicação. Um desses autores foi o português D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) que apresenta os seus motivos para a divulgação de sua correspondência, na introdução de suas “*Cartas Familiares*”:

CARTA DO AUTOR AOS LEITORES DE SUAS CARTAS

Senhores:

*Assi como pede a cortesia que saíamos a receber, à porta de nossas casas, com alguma cortês demonstração, a nossos hóspedes, manda a urbanidade que, com alguma advertência, vamos a encontrar nossos leitores ao princípio de nossos livros.[...]Se desde logo começardes a ler, sem presumir de achar tesouros, nada sentireis quando vos faltem. Pode a alheia afeição convidar-vos com a leitura destas cartas. Já se sabe que a amizade é filha do amor, de quem não degenera em ser mal vista; e do pai ninguém duvidou ser criado tanto à sua vontade que pretende que todos estimem e aprovelem o que ele aprova e estima. Cinco centúrias de cartas minhas se vos oferecem neste livro: as mais foram escritas com sangue, enxutas com lágrimas, dobradas com singeleza, seladas pela desgraça, levadas pela mofina. [...] Em os assuntos há pouca variedade, porque sempre o humor da sorte estava fixo na melancolia. Aquelas que com melhor pena se escreveram não esperou a tempestade da desgraça que as levasse outro vento; porque, enfim, como obra de penas e de*

*palavras, haviam de ter no ar sua sepultura, bem que no fogo tivessem seu nascimento. Por todas cintila o queixume, apesar da modéstia, que procura embaraçá-lo e desmenti-lo; mas a dor é tão atrevida, como quem nunca lhe falta coração, de avezada a viver nele.[...] As cartas sérias e de negócios de Estado, em que podia descobrir-se alguma, se não agradável, útil especulação, não podem comunicar-se, nem o permitirá lugar, ainda que a matéria o concedesse; mas se o agasalho destas é qual deve esperar-se de vossa benignidade, brevemente poderão oferecer-se a vosso juízo em outras tantas centúrias outras tantas ocasiões de vos mostrardes sábios com minha ignorância. Suprirá a riqueza do número a desvalia da qualidade. Não vos maravilhe a promessa, sendo fácil de cumprir, depois de haver ajustado que só nos primeiros seis anos de minha prisão escrevi vinte e duas mil e seiscentas cartas. E que será hoje, sendo doze os de preso, seis os de desterrado e muitos os de desditoso?*

*Da infelicidade da composição, erros da escritura, desmancho dos números e outras imperfeições da estampa não há que dizer-vos: Vós os vedes, vós os castigais, que eu por força havia de perdoá-los: ou porque entre os alheios se dissimulassem os meus, ou porque a par dos meus se não viram os alheios. Deus vos guarde.*

*(Dom Francisco M. de Melo “Cartas Familiares” Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1937)*

Não temos a intenção de relacionar os destinatários ilustres que tiveram suas correspondências publicadas, ou que estão arquivadas à espera de pesquisadores que se interessem por elas. De qualquer forma, é necessário que tracemos um rápido esboço da epistolografia no Ocidente.

## **2.1. A epistolografia no Ocidente**

As antigas cartas gregas, de autenticidade comprovada, que se conhecem datam do século IV a. C.. A partir do século III a. C., a correspondência começou a receber maior atenção pela percepção que se passou a ter de que mais do que “conversação à distância”, amena e trivial, elas continham

informações valiosas a respeito dos mais variados assuntos, desde transações comerciais até conspirações políticas, tendo sido encontrados muitos papiros, que constituem importante fonte para o conhecimento de dados históricos e da vida humana na respectiva época. Entre tantos epistológrafos da Antigüidade, mencionamos: Cícero, Sêneca e São Paulo.

A Idade Média apresenta o rico filão da epistolografia religiosa que vai continuar florescente depois do Renascimento; existem, publicadas ou arquivadas, numerosas cartas de toda hierarquia da Igreja, de papas a humildes franciscanos, dentre as quais as de Gregório Magno.

No século XII, desponta com uma força poderosa, que tem alimentado a imaginação de inúmeros artistas e poetas, a correspondência de Abelardo (1079-1142) e Heloísa (1101-1164). Não se tem certeza se foram realmente cartas trocadas pelos infelizes amantes, o que se sabe é que ambos existiram e viveram a trágica história narrada nas cartas. No prefácio que Paul Zumthor escreveu para a *“Correspondência de Abelardo e Heloísa”*, são citadas quatro teses a respeito da origem das cartas:

*“Grosso modo, eu distinguiria quatro teses:*

- *a Correspondência constitui uma coletânea autêntica, remontando ao início ou meados do século XII, mas ligeiramente retocada no século seguinte;*
- *o conjunto do texto é uma espécie de romance epistolar, com fins morais, de autoria do próprio Abelardo;*
- *a coletânea das cartas que ela havia trocado com Abelardo foi, em vista de sua difusão, coligida e corrigida por Heloísa a pós a morte de seu esposo;*
- *finalmente, hipótese radical, trata-se de um dossiê fictício, compilado no Paraclete na segunda metade do século XIII, com base em alguns documentos autênticos.*

*(Correspondência de Abelardo e Heloísa. São Paulo: Martins Fontes, 1989)*

O século XIII, de Frederico II, teve rica epistolografia, chegando a arte de compor cartas a constituir matéria de ensino, segundo regras estabelecidas, baseadas na retórica. Dante Alighieri (1265-1321) foi um dos grandes nomes da literatura ocidental que se preocuparam com os preceitos para se compor cartas, além de ter escritos as suas próprias, reunidas no livro “*Epístolas*”.

No século XIV, inicia-se com Petrarca a era da epístola humanística, influenciada pelas epístolas de Sêneca (4 a.C.-65 d.C.), filósofo, dramaturgo e político e de Cícero, já citado anteriormente. Sêneca representa o estoicismo romano e sua filosofia transparece nas longas cartas cuidadosamente elaboradas, obedecendo aos preceitos da retórica:

#### CONSOLAÇÃO A MÁRCIA

*“II, 1. Sei que todos aqueles que desejam exortar alguém começam com preceitos e terminam com exemplos. Convém, de quando em quando, que este costume seja mudado. é necessário, pois, agir de maneira diversa, segundo as diferentes pessoas: a alguns, a razão conduz; a outros, devem-se apresentar nomes ilustres e uma autoridade que não deixe livre o espírito.”*

(Sêneca. *Cartas Consolatórias*. Campinas, SP: Pontes,1992)

Em 1350, o poeta e humanista Petrarca (1304-1374) inicia pessoalmente a organização de sua correspondência pensando em sua publicação. Fez três coleções: 24 livros “*de familiari*”, 16 “*de senili*”, e 1 “*sine nomine*”, de teor político, onde ele teve a preocupação de retirar os nomes para não comprometer os destinatários. Sua intenção era deixar modelos permanentes de epistolografia, por esse motivo fez modificações, no intuito de fornecer exemplos de cartas.

A partir do Renascimento, percebe-se uma mudança no estilo das cartas, valorizando-se o aspecto humano e anedótico. São importantes as cartas de filósofo, escritor e político Maquiavel (1469-1527), a mais famosa é a escrita a Francesco Vetori, embaixador de Florença junto a Santa Sé, nela se acham a gênese e a razão de ser de “*O Príncipe*”.

O grande artista Michelangelo (1475-1564) escreveu mais de quinhentas cartas, de estilo espontâneo e vivo, divididas em dois grupos: à família e a personalidades importantes.

Nos séculos XVII e início do século XVIII, a epistolografia aperfeiçoa-se ainda mais, firmando-se como gênero literário. É a época, na França de duas missivistas célebres: Mme de Sevigné e Mme de Maintenon.

Mme de Sevigné (1626-1696) escrevia cartas para sua filha que foi viver em 1669 com o marido na Provença, para amenizar a tristeza da separação. Esta correspondência, que se tornou famosa, durou 25 anos. Os assuntos eram os que poderiam interessar uma jovem que deixara a vida da capital francesa e se separara da mãe: a vida da corte, Paris, reflexões, impressões pessoais. Seu estilo pretende ser natural, como se conversasse, não é, no entanto, inteiramente espontâneo. Mme de Maintenon (1635-1719), esposa morganática de Luís XIV, dedicou-se durante a Regência à educação das jovens de Saint-Cyr. O assunto das cartas: suas alunas e os métodos de educação. Mais de seis mil foram escritas num estilo conciso e seco.

Os epistolários dos franceses Diderot e Voltaire, dos ingleses H. Walpole, Lady Mary de Montagu e Thomas Gray e, já no final do século XVIII, dos alemães Goethe e Schiller dão a tônica da correspondência dos Setecentos, caracterizando-se, por exemplo, por: descrições de usos e costumes de países estrangeiros – correspondência de Lady Mary Montagu; por confidências, troca de idéias, comunicação de projetos, problemas com a publicação da enciclopédia – correspondência de Diderot a Sophie Volland; pela variedade de destinatários de diversas nacionalidades e de todas as condições sociais – correspondência de Voltaire; pela profunda amizade mais intelectual que sentimental entre os correspondentes – correspondência entre Goethe e Schiller.

O século XIX revela-se fecundo em correspondências de romancistas, poetas, pintores, compositores, filósofos e políticos. O poeta inglês Keats (1795-1821) correspondeu-se com Fanny Brown, sua paixão sem esperanças, e com, o também poeta, Shelley. Entre os franceses destacamos três romancistas: Stendhal (1783-1842) que revelava em cartas aos amigos suas opiniões a respeito

de arte e de política; Balzac (1790-1850) que se correspondeu durante quase vinte anos com Mme Hanska, esposa de um nobre polonês, que se tornou sua amante e se casou com ele após a morte do marido; e Flaubert (1821-1880) que teve suas numerosas cartas -mais de mil - reunidas em quatro volumes. Dois italianos fazem parte de nossa seleção: o poeta Leopardi (1798-1837), cuja vida pode ser reconstituída: amores, intenções literárias e seus estudos, por meio de sua correspondência e o intelectual e político Antonio Gramsci (1891-1937) que, já no início do século XX, escreve, na prisão, à família, as “*Cartas da Prisão*”, publicadas postumamente, em 1945. O compositor alemão Beethoven (1770-1827) escrevia a seu sobrinho Carl e à famosa “*Immortal Beloved*”. Outro alemão também se destaca pelas muitas cartas, referimo-nos ao filósofo F. Nietzsche (1844-1900) que, em várias ocasiões, fez proselitismo da obra do compositor Wagner, a quem, mais tarde, condenará. Podemos acompanhar a atormentada existência do pintor holandês Van Gogh (1853-1890), lendo sua correspondência com seu irmão Theo. No final do século XIX, início do século XX, nossa atenção dirige-se a duas figuras de grande importância na literatura: o austríaco R.M. Rilke (1875-1926) e o judeu-tcheco F. Kafka (1883-1925). O primeiro foi um exímio epistológrafo, suas cartas mais conhecidas são encaradas pelo próprio autor como o melhor de sua obra, é o caso de “*Cartas a um jovem poeta*” que ele endereçou a F.X. Kappur que lhe solicitava críticas aos seus poemas, enquanto que o que restou das cartas à amante, a também poetisa, Lou Andreas-Salomé, são belíssimos exemplos de cartas de amor. Finalmente, o segundo, Kafka, teve toda sua correspondência publicada postumamente por seu amigo Max Brod. Separadamente, foram publicadas as “*Cartas à Milena*”, com quem viveu um amor principalmente de correspondência.

## **2.2 A epistolografia em Portugal**

A epistolografia em Portugal não é rica. As mais conhecidas cartas vivas, isto é, que foram escritas para serem enviadas para seus destinatários reais e quase sempre, sem intenção de publicação - apesar de atualmente serem de



domínio público - são cartas que possuem dados em comum que permitem afirmar que existe uma temática epistolar portuguesa. Como exemplo podemos apontar a correspondência da época dos descobrimentos, do Renascimento: são, em grande número, cartas de viajantes, narrando suas peripécias e descrevendo as novas terras e seus habitantes. Outras cartas, ainda dos Quinhentos, são dos humanistas que, em suas andanças pela Europa, enviavam para Portugal suas impressões a respeito da efervescência cultural daqueles tempos.

Passamos a elencar, rapidamente, algumas correspondências de alguns remetentes famosos.

As cinco cartas de Camões(1525?-1580), enviadas de Lisboa, da Índia e de Ceuta, têm interesse biográfico e se caracterizam por uma notável vivacidade epistolar. De D. Jerônimo Osório (1506-1580) são conhecidas nove Cartas Portuguesas, merecendo destaque uma carta a D. Sebastião versando sobre os perigos de uma guerra em Marrocos. Seguindo o estilo epistolar de Camões, D. Francisco de Portugal (1585-1632) escreveu duas cartas que se encontram no volume “*Divinos e Humanos Versos*” de sua obra. D. Francisco M. de Melo (1608-1666) organizou e publicou suas cartas com o título de “*Cartas Familiares*”. Frei Antônio das Chagas (1631-1682), contemporâneo do Pe. Vieira, aborda exclusivamente temas religiosos, sua produção encontra-se recolhida nas “*Cartas Espirituais*”, trata-se de mais de trezentas cartas divididas em dois volumes. Os temas abordados pelo Pe. Antônio Vieira (1608-1697) em sua correspondência são bem variados. Nelas, ele defende índios e judeus; aborda a organização das missões; fala do sonho do “Quinto Império”; pede notícias do processo que a Inquisição lhe instaurou e da sua revisão; trata da administração dos domínios ultramarinos, e ainda escreve expressando amizade e cortesia, externando sua opinião, nem sempre isenta de ânimo, sobre seus contemporâneos. Uma das suas vítimas foi justamente Frei Antônio das Chagas, famoso por suas cartas de proselitismo religioso e por seus sermões:

*“Este homem, que pode ser seja conhecido de V. S.<sup>a</sup>, é um capitão, grande poeta vulgar, chamado antigamente Antônio da Fonseca, o qual se meteu*

*frade de S. Francisco haverá oito ou dez anos, e hoje se chama Frei Antônio das Chagas. Haverá dois ou três anos começou a pregar apostolicamente, exortando à penitência, mas com cerimônias não usadas dos Apóstolos, como mostrar do púlpito uma caveira, tocar uma campainha, tirar muitas vezes um Cristo, dar-se bofetadas, e outras demonstrações semelhantes, com as quais, e com a opinião de santo, leva após si toda Lisboa.*

*Prega principalmente na igreja do Hospital, concorrem fidalgos e senhoras em grande número, e uma vez lançou do púlpito entre elas um crucifixo a que se seguiram grandes clamores; e com isto se entende que o dito pregador tem na mão os corações de todos, e os poderá mover a quanto quiser, temendo-se que, se seguir a opinião ou apreensão vulgar, e se meter no ponto da Fé, poderá ocasionar algum alvoroço semelhante ao do tempo de El-Rei D. Manuel, não longe do mesmo lugar onde prega.”*

(carta a Duarte Ribeiro de Machado. A. Vieira, *Obras Escolhidas, Cartas*, citado por Crabbé Rocha)

Já as cartas de Francisco Xavier de Oliveira (1702-1783), publicadas na Holanda (1741/2), possuem interesse documental de valor individual e social. O Abade Antônio da Costa (1714-1780) fez de Roma e de Viena observações interessantes para o estudo de seu tempo. A Marquesa de Alorna (1750-1839) apresenta em sua correspondência uma nítida influência de Rousseau e do romantismo inglês. Sua prosa é elegante e fácil, duma bela e espontânea familiaridade. É considerada uma das maiores missivistas portuguesas, do porte de Mme de Sevigné e Mme de Maintenon.

Poucas cartas de amor foram publicadas em Portugal, vale lembrar que este tipo de correspondência, principalmente se a destinatária é uma amante, deseja permanecer secreta. Exceção, por exemplo, formam as cartas de amor que Almeida Garret (1799-1854) escreveu a sua amante, Rosa Montúfar, a Viscondessa da Luz:

*Agosto 11 (1846)*

*“Se neste coração houvesse ainda a mais leve sombra de outra imagem que não fosse a tua – ontem se tinha apagado para sempre –*

*ontem, se eu ainda tivera que te dar, tinhas tomado posse de todo o meu ser. Alma, sentidos, coração, espírito, ocupas tudo, és senhora de tudo. Isto já não é amor, não é paixão, é mania verdadeira: não posso pensar senão de ti, e não posso viver senão contigo. Que dia, R.! que dia foi o de ontem, e poderá ele esquecer-nos jamais?”*

(Garrett, *Cartas de amor à Viscondessa da Luz*, citado por Crabbé Rocha)

De Alexandre Herculano ( 1810-1877) temos as cartas de Vale-de-Lobos. Antero de Quental (1842-1891) fornece impressionantes documentos de sua vida mental na correspondência que manteve com Oliveira Martins e Antônio Azevedo Castelo Branco. Eça de Queiroz (1845-1900) correspondeu-se, entre outros, com o historiador Oliveira Martins. É interessante o modo como ele se refere a Antero de Quental, nas cartas que escreve a Oliveira Martins, amigo de ambos:

*Porto 1884*

*Querido Joaquim Pedro*

*[...]“Abraço a Santo .Antero, sabedor de coisa de filosofia e sonetista. E abraço para ti.”*

*Queiroz*

(Eça de Queiroz e Oliveira Martins. *Correspondência*.

Campinas.SP:UNICAMP,1995)

Famosa também é a correspondência que Eça manteve durante toda a vida com Ramalho Ortigão. Manuel Laranjeira (1877-1912) em sua variada correspondência trata da arte, do seu tempo e também escreve sobre seus problemas íntimos, revelando uma alma torturada. Mário de Sá-Carneiro (1890-1916) corresponde-se com Fernando Pessoa, tratando da gênese de sua obra e, também, revelando seu drama íntimo. Uma das mais pungentes cartas de despedida em língua portuguesa, com certeza foi a que Mário de Sá-Carneiro escreveu a Pessoa:

Paris, 31 de Março de 1916

Meu querido Amigo,

A menos dum milagre na próxima 2.<sup>a</sup> feira, 3 (ou mesmo na véspera) o seu Mário de Sá-Carneiro tomará uma forte dose de estriçnina e desaparecerá deste mundo. É assim tal e qual mas custa-me tanto a escrever esta carta pelo ridículo que sempre encontrei nas “cartas de despedida”...Não vale a pena lastimar-me , meu querido Fernando: afinal tenho o que quero, o que tanto sempre quis – e eu, em verdade, já, não faria nada por aqui...

[...] Todo o meu afeto e a minha gratidão por você, meu querido Fernando Pessoa num longo, num interminável abraço de Alma.

O seu, seu

Mário de Sá-Carneiro

Veja lá: mesmo para os Astros diga-me “potins”, fale-me do sensacionalismo... Adeus. Se não conseguir arranjar amanhã a estriçnina em dose suficiente, deito-me para debaixo do “Metro”...Não se zangue comigo.

(Mário de Sá-Carneiro. *Cartas a F. Pessoa*, vol. II Lx.1959, citado por Crabbé Rocha)

Uma faceta, até a pouco tempo desconhecida de F. Pessoa é revelada nas “*Cartas de Amor de Fernando Pessoa*” à Ophelia, publicadas em 1978, e que constituem o único episódio sentimental conhecido na vida do poeta.

À parte, destacamos as 5 supostas cartas de Soror Mariana Alcoforado (1640-1723). A trajetória de sua correspondência com um cavaleiro francês é, no mínimo, complicada: não se conhecem os originais das cartas, em 1669 apareceram em Paris as “*Lettres Portugaises traduites en français* “. Apenas no século XIX, elas foram traduzidas do francês para o português. Sua autenticidade ainda não foi totalmente estabelecida. Elas devem ser tratadas como cartas ficcionais e, como tais, são consideradas uma das mais decisivas contribuições portuguesas para a sensibilidade europeia. Para Rainer Maria Rilke, as cartas portuguesas testemunham a perfeição no amor – um amor que excede a dor imensa, e acaba por ser absoluto, independente do objeto amado.

### 2.3. A epistolografia no Brasil

A epistolografia no Brasil ainda está para ser devidamente organizada. Antônio Cândido, citado por Edgard Cavalheiro no livro *“Monteiro Lobato - Vida e Obra”* (1955), observa como é pobre a nossa literatura em documentos pessoais. Diários, cartas ou memórias são coisas raras, parcas e imperfeitas. Nosso intelectual tem pudor de se declarar como tal. Brasileiro é gente que diz volta e meia, depois de dez livros publicados: “Eu, que não sou intelectual”; “Vocês literatos”, etc.. Reflexo ainda do velho pragmatismo dos conquistadores da terra e dos consolidadores da conquista, para os quais a literatura emasculava os homens. Na realidade, todos nós saímos perdendo com isso. Nossa identidade, nosso perfil, depende ainda de muito trabalho de pesquisa a ser feito em arquivos públicos e particulares.

Citamos, a seguir, alguns dos escritores que já tiveram, pelo menos, parte de sua correspondência publicada.

Durante o período colonial, além das cartas dos viajantes descrevendo o Novo Mundo, só merece atenção a correspondência de Pe. A. Vieira. Tanto a epistolografia dos viajantes quanto a de Vieira são citados na epistolografia portuguesa. No século XIX, merecem destaque as correspondências de Machado de Assis; José de Alencar; Quintino Bocaiúva, José Veríssimo; Joaquim Nabuco, cujas cartas foram publicadas por sua filha Carolina Nabuco. A correspondência de Aloísio de Azevedo encontra-se reunida em *Touro Negro*. Capistrano de Abreu tem publicadas cartas tanto de caráter particular quanto as que trazem informações a respeito de seu trabalho como historiador.

No final do século XIX, início do século XX, Ruy Barbosa correspondeu-se com parentes e amigos, além de intelectuais e políticos. Parte dessa correspondência foi organizada por seu filho Affonso Rui e publicada na Bahia, em 1921. No final do prefácio o filho, de acordo com a voz corrente da época chama o pai de *“ciclópica figura de grande republicano”*.

No século XX, Tristão de Ataíde correspondeu-se com Jackson de Figueiredo, estas cartas têm um tom confessional e mostram sua trajetória em

direção ao catolicismo. Mário de Andrade manteve copiosa correspondência com numerosos amigos intelectuais, uma das mais importante é a que manteve com Manuel Bandeira. Finalmente, Monteiro Lobato (1882-1948) correspondeu-se durante quarenta anos com seu amigo Godofredo Rangel - *Barca de Gleyre* - além de corresponder-se com amigos, intelectuais, como Lima Barreto (1881-1922) e figuras importantes do cenário econômico e político. tendo, inclusive, escrito a presidentes de República.

### 3. Os manuais de cartas

Os manuais que prescrevem regras e apresentam modelos de correspondência tiveram grande aceitação a partir do Renascimento. No século XVII, e também nos seguintes, duas coisas, cuja aquisição não dependiam exclusivamente do poder econômico, podiam indicar que uma pessoa era culta, civilizada: saber conversar e saber comunicar-se por escrito. Não podemos esquecer que os salões literários florescem nessa época. Seus freqüentadores, para evitar “gafes” deviam saber vestir-se, andar, comer e falar de acordo com rigorosas etiquetas. Afinal, não se podia agir como selvagens ou ignorantes em sociedade.

Lília Moritz Schwarcz, na introdução que faz à reedição do Código do Bom-Tom de J.I. Roquette (1997), refere-se aos manuais de boa conduta como a etiqueta para se sobreviver na “escola do mundo”. Surge, afirma ela, um verdadeiro gênero dedicado às boas maneiras e comportamentos, coincidindo com a maior alfabetização e o crescimento da indústria editorial. O portar-se convenientemente em público foi longamente tratado, por muitos autores, nas *Artes da Conversação*; corresponder-se corretamente por escrito, tão importante quanto conduzir uma conversa, era tratado nos *Manuais de Cartas*.

Peter Burke, historiador inglês, lançou em 1993, “*A Arte da Conversação*”, obra que faz um levantamento e análise de vários manuais que proliferaram durante muito tempo e que ainda existem:

“ ‘A Arte da Conversação’ é o título de uma série de manuais que apareceram entre os séculos XVII e XIX na Inglaterra, França e em outros lugares. Na verdade eles são apenas a ponta de um importante iceberg – de um grupo de textos que, quaisquer que sejam seus títulos, ensinam seus leitores a falar, de maneira geral ou em tipos específicos de ocasião. Textos como esses ainda são produzidos, mas a ênfase mudou, em nosso século, do social para o psicológico – da arte de mostrar-se como alguém bem-nascido para aquela de adquirir confiança, “quebrar o gelo” e fazer amigos.”

Burke, P. *A arte da conversação*; trad. A.L. Hattnher. São Paulo: Ed. UNESP, 1995)

Selecionamos, para dar ao leitor, uma idéia do papel dos manuais de cartas, que tentam estabelecer para portugueses e brasileiros “*A Arte De Se Comunicar Por Escrito*”, as obras de Francisco Jozé Freire (1815), J.I. Roquette (1845), Francisco da Silveira Bueno (1961), Waldemar Rangel (s.d.), José Maria de Souza Dantas (1974) e João Bosco Medeiros (1984). São trabalhos que não seguem a mesma linha, por serem de épocas diferentes e por terem intenções diversas, no entanto, todas elas abordam o tema que nos interessa: como escrever cartas. Não tratamos, neste momento, da composição das cartas amorosas. Elas serão apreciadas em outra parte do nosso trabalho.

Até o início do século passado, os manuais ou métodos de escrever cartas, como “*O Secretário Português*” de Francisco Jozé Freire (1815, Lisboa), traziam uma classificação para os diversos tipos de cartas, de acordo com os gêneros em que se divide a Retórica, tanto a antiga quanto a atual. A divisão de Francisco Jozé Freire em relação aos gêneros de cartas é a seguinte:

- Gênero Demonstrativo (Epidítico): de parabéns, de oferecimento, de agradecimento, de aviso, discursivas, de louvor;
- Gênero Deliberativo: de pêsames, de recomendação, de boas festas, de consolação, de exortação e conselho;
- Gênero Judiciário: de desculpa, de justificação e de queixas.

A Arte Retórica, segundo Aristóteles (384 a C-322 a C)., é uma *techné*, por isso pode ser aprendida e exercitada - na Grécia e na Roma antiga existiam os

logógrafos e os retores -, ela busca os meios de persuadir, convencendo a razão, comovendo o coração, agradando o gosto.

Aristóteles afirma que *“a Retórica é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão; a Retórica parece ser capaz de descobrir o que é próprio de persuadir.”* (Arte Retórica. cap. II. L.I ).

A clássica divisão que ele faz dos gêneros até hoje é respeitada, e como podemos observar, foi empregada, por Freire, na classificação das Cartas:

1) o gênero epidítico, também conhecido como demonstrativo ou laudatório, trata do tempo presente, tem como objetivo o elogio e a censura e utiliza-se, na sua argumentação dos contrários “o belo e o feio”;

2) o gênero judiciário ou forense trata do tempo passado, tem como objetivo a acusação e a defesa e utiliza-se, na sua argumentação, dos contrários “o justo e o injusto”; e

3) o gênero deliberativo ou político trata do tempo futuro, tem como objetivo o aconselhamento e o desaconselhamento e utiliza-se, na sua argumentação, dos contrários “o útil e o prejudicial”.

A primeira carta que Mariana Alcoforado - não vamos entrar no mérito de sua autenticidade, interessando-nos apenas a classificação que podemos lhe atribuir de acordo com a Retórica - escreve a Chamilly tem o perfil do gênero epidítico, pois trata do estado atual da remetente que sofre por ter sido abandonada, lastimando e censurando a ausência do amado.

*“Considera, meu amor, quão excessivo foi o teu descuido de prever o que havia de suceder-nos!*

*Ah, infeliz! foste enganado, e me traíste, por lisonjeiras esperanças mentirosas.”*

No entanto, existem trechos em que a carta toma a feição do gênero judiciário, quando entra em julgamento o comportamento de Chamilly.

*Milhares de vezes ao dia a ti envio meus suspiros, que te procuram por toda a parte, e não me trazem outra recompensa de tantas inquietações,*



*mais do que um aviso, por demasia sincero, de minha má Fortuna, a qual cruamente não consente que eu me lisonjeie, mas repete-me a cada instante: “Cessa, cessa, ó Mariana desditosa, de consumir-te em vão, e de procurar um amante que jamais tornarás a ver, que passou os mares para fugir de ti, que vive em França entregue às suas delícias, e que nem um só momento cuida nas tuas mágoas, que te dispensa de todos esses transportes, e não sabe agradecer-tos”...*

Para Aristóteles, todo discurso, oral ou escrito, comporta três elementos: a pessoa que fala, o assunto de que se fala e a pessoa a quem se fala. Freire vai tratar, em seu manual, da pessoa que fala, isto é, o remetente da carta como “o *princípio à quo*”; da pessoa a quem se fala, isto é, o destinatário da carta como “o *termo ad quem*”, e ainda apresenta o assunto do qual se fala e como se fala como “*a causal*” e “*a instrumental*”.

Quando abrimos a obra de Freire, ficamos desanimados com o cipoal retórico que envolve praticamente todas as partes do livro. Estamos nos referindo aos ornamentos retóricos que mais obscurecem do que embelezam o estilo e que eram obrigatórios em todas as espécies de cartas. Contudo, se nos livramos dos percalços representados principalmente pelos circunlóquios e os eufemismos, nos damos conta do propósito do autor apresentados na Instrução Preliminar.

O autor quer formar secretários – nobre ocupação – que possam realizar a contento seu principal objetivo que é o de escrever cartas, com *método e boa forma*. Qualquer um, em princípio, desde que se valesse dos preceitos e dos exemplos, respectivamente, das regras e das cartas já escritas, saberia escrever uma carta. Doce engano!

A diversidade de exemplos é tamanha que mais confunde do que ajuda e as instruções contidas nos preceitos de nada servem se “o novo Secretário não for dotado de um vivo engenho, e não tiver um inteiro conhecimento das línguas Latina e materna, e uma larga lição dos melhores Autores, que escreveram Cartas e trataram do modo como se devem formar.” Percebemos que sólida cultura humanística Freire imaginava que deviam ter quem se aventurasse a “compor cartas”.

Freire não é o primeiro a se lamentar da penúria da epistolografia portuguesa. Enquanto os exemplos de autores de cartas são tão numerosos no estrangeiro, são pouquíssimos os que cultivaram ou cultivam o gênero em Portugal e ninguém ainda se atrevera, antes dele, a expor um método para auxílio dos que precisam “*compor cartas*”.

Para que se tenha uma idéia do auxílio que o autor pretende estar prestando ao candidato a Secretário, passamos a apresentar uma parte do capítulo em que ele trata do elemento “*a quo*”, isto é do remetente, o verdadeiro autor, a quem o Secretário deve apresentar logo na Introdução ou Exórdio da carta:

*“Para haver abundância de termos e proposições, quando se quiser principiar uma Carta, bastará que os principiantes observem atentamente quatro coisas, isto é, o princípio à **quo**, o termo **ad quem**, a **instrumental**, e a **causal**.*

*Suponhamos, por exemplo, que temos para fazer uma carta de aviso. Examinaremos em tal caso o princípio à **quo**, isto é, a qualidade da pessoa, que escreve: e segundo seu grau, ou dignidade, deduziremos todos aqueles termos, que podem ser próprios, e correspondentes, havendo de escrever, como por exemplo:*

<i>O interesse</i>	<i>O respeito</i>	<i>Os votos</i>
<i>A atenção</i>	<i>A estimação</i>	<i>A veneração</i>
<i>A inclinação</i>	<i>O desejo</i>	<i>O afeto</i>
<i>A propensão</i>	<i>A obrigação</i>	<i>O obséquio</i>

*Feito isto assim, facilmente, poderemos dar princípio à Carta, dizendo:*

*O respeito devido à pessoa de V. Ex.<sup>a</sup>.*

*A veneração, que professo aos merecimentos de V. S.<sup>a</sup>.*

*A obrigação, que por muitos títulos tenho V. S.<sup>a</sup>.*

*O profundo obséquio, que sendo V.S.<sup>a</sup>.*

*Porém se quisermos dar princípio com mais elegância, e ornamento retórico, diremos:*

*A humildade do respeito, que professo a V. Ex.<sup>a</sup>.*

*O fervor da servidão, que tenho V.S.<sup>a</sup>.*

*A distinção do apreço, que faço V.S.<sup>a</sup>.*

*Poderemos também, não sem elegância, servirmo-nos somente dos epítetos, como por exemplo:*

<i>A especial veneração.</i>	<i>A alta estima.</i>
<i>A sincera amizade.</i>	<i>O sumo respeito.</i>
<i>A reverente servidão.</i>	

Como nosso aprendiz de Secretário poderia escrever a Introdução, a pedido de seu amo, de uma Carta de Boas Festas, empregando o princípio *à quo*?

*“A humildade do meu respeito pede, que eu tribute a V. Ex.<sup>a</sup> um anúncio das maiores felicidade na corrente Festa do Santo Natal...”*

Em outra parte do manual, conselhos preciosos são dados para quem quiser fazer uma longa carreira nesse campo. O Secretário deve ser uma espécie de Jano com duas caras. É muito interessante a figura empregada pelo autor para definir como deve ser o caráter de quem vai conhecer a intimidade, os negócios, os segredos de outrem:

*“O Secretário deve ser um Jano com duas caras: com uma deve olhar para o seu Amo, e com outra para o sujeito a quem escreve por mandado do mesmo. E por quanto do comércio epistolar são matéria os segredos, que nele se comunicam, e se encerram, por isso todas as regras se compreendem nestes três pontos:*

*Ou a respeito do Amo, a quem se serve.  
Ou a respeito da pessoa, a quem se escreve.  
Ou acerca das matérias, de que se escreve.*

*Para maior facilidade, e clareza, deduziremos destes três pontos, dez regras, em cujas cinco primeiras os predicados, as perfeições, que o Secretário deve ter; e nas outras cinco os vícios e imperfeições, de que deve fugir. As regras são as seguintes:*

<i>Segredo</i>	<i>Demora</i>
<i>Erudição</i>	<i>Prolixidade</i>

<i>Generalidade</i>	<i>Aspereza</i>
<i>Reflexão</i>	<i>Ignorância</i>
<i>Eloquência</i>	<i>Escuridade”.</i>

Em seguida ele passa a discorrer longamente sobre cada perfeição e sobre cada vício.

Pelo que foi nos dado observar, esta obra, apesar de ter sido editada no início do século XIX, tem características próprias do século anterior, principalmente em relação à hierarquia revelada no tratamento que se dava ao destinatário que, segundo o autor deve ser cegamente obedecida, da obrigação de se conhecer profundamente o Latim, para bem se expressar, e pelos longos e ornados períodos que deveriam compor qualquer correspondência.

Uma obra bem representativa do século XIX e que, no que se refere à correspondência escrita, discorda do “*Secretário Português*” é o “*Código do Bom-Tom*” ou *Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*, de J.I. Roquette, publicado pela primeira vez, em Paris, no ano de 1845. O autor era um cônego, extremamente culto que já havia publicado livros de devoção, dicionários e gramáticas. No “*Código do Bom-Tom*”, ele institui como narrador um pai preocupado em instruir seus dois filhos: Teófilo e Eugênia, para que possam enfrentar com segurança a vida em sociedade. Um longo capítulo é dedicado à arte de escrever cartas.

Para epígrafe dessa obra, ele escolheu uma máxima do moralista francês Vauvenargues (1715-1747): “*La véritable politesse vient du coeur*”. Outras sentenças vão permear sua obra e também poderiam servir de epígrafe como, por exemplo: “*Um espírito superior não dá grande importância às formalidades; mas não falta a nenhuma*”.

A título de curiosidade, os capítulos que compõem a obra são: *Da igreja, Do paço, Dos tratamentos, Das assembléias, Dos cumprimentos, Dos bailes, Das partidas ou reuniões noturnas, Dos jantares e banquetes, Das visitas, introduções e apresentações, Dos jogos e jogadores, Das cartas, Da estada no campo, Das viagens, Dos pais e parentes, Dos amigos, Dos criados, A Teófilo em particular, A Eugênia em particular*. Cada capítulo termina sempre com uma

história moralizante. Os capítulos referentes à arte de compor cartas são: *Dos tratamentos*, *Dos cumprimentos* e *Das cartas*, onde ele critica duramente a obra de Freire (1815), sem, no entanto, conseguir evitar totalmente os vícios do colega. Afinal, regras e preceitos não se mudam da noite para o dia. O próprio Roquette, crítico mordaz do estilo cerimonioso e derramado de Freire, é pego em flagrante, enredado em perífrases na introdução de seu manual: “*Com o coração em Portugal, os olhos em vós e o sentido na França, não dei atenção à ampulheta que seis vezes filtrara a areia movediça depois que o sol se escondera.*”

Como se estabeleciam os tratamentos que as pessoas deveriam receber? Por que havia essa preocupação em não ferir a etiqueta chamando, por exemplo, de Vossa Senhoria quem merecesse o tratamento mais elevado de Vossa Excelência? Esse assunto que, para nós, parece não ter tanta importância, era tratado por legislação específica em Portugal, desde o século XVI e Roquette o aborda no capítulo *Dos tratamentos*:

*“Uma das Leis dos Tratamentos, foi promulgada por el-rei D. João V (1604-1633). Ela conservava muitas das disposições de outra publicada no tempo dos Filipes (1597), de que vos quero dar notícia porque ainda hoje se seguem.*

*Quando se escrevia ou requeria a el-rei punha-se no alto das cartas ou papéis, Senhor, sem outra coisa. E no fim: Deus guarde a pessoa de Vossa Majestade, no fim da lauda em que se acabava a carta ou papel punha-se a assinatura sem nenhuma outra coisa; e no sobrescrito punha-se: A El-Rei Nosso Senhor. “*

No capítulo específico a respeito das cartas, inicialmente, Roquette procura demonstrar a sua importância, classificando-as como o laço social mais extenso e variado depois das visitas e da conversação e passando a atribuir ao admirável invento uma série de qualidades:

*...”aproxima os ausentes dos presentes, encurta as distâncias, mitiga as saudades, adoça o dissabor da separação, estreita os vínculos*

*da amizade, nutre n'alma o fogo da esperança, e ainda depois da morte conserva um monumento durável da afeição e ternura com que dois corações se amaram.”*

Em seguida ele faz a distinção que julga necessária entre o falar e o escrever:

*...”o que é erro ou falta falando, é-o ainda mais escrevendo; e tanto mais imperdoável quanto é certo que na conversação pode muitas vezes acontecer que não nos ocorra algum termo ou expressão, e que para não ficarmos calados somos obrigados a usar doutras menos próprias e até circunlóquios; sendo que quando escrevemos, mormente em matérias sérias e de momento, temos obrigação de pesar o que dizemos, e considerar a quem escrevemos; podemos recorrer ao dicionário da língua, que sempre deve estar em cima da mesa de escrever, e devemos ter de mais a mais o amor próprio e brio de não exararmos num papel, com a nossa própria mão, o corpo de delito de nossa ignorância, ou descortesia. Acrescendo ainda outra razão mui forte: que as palavras passam, ou esquecem, e o que se escreve fica, ‘scripta manent’ ”.*

O restante do capítulo é subdividido em três partes: contextura das cartas, regras gerais para a composição das cartas e regras particulares para diferentes gêneros de cartas.

A respeito da contextura das cartas, o autor dá uma série de conselhos para quem deseja entrar no comércio epistolar: é necessário que o destinatário tenha boa letra; não cometa erros de ortografia ou de gramática e os defeitos comuns de uma conversação; é aconselhável escrever do próprio punho – principalmente a autoridades, eliminando, sempre que possível, a figura do secretário; é indelicado deixar uma carta sem resposta, mesmo que seja para alguém de condição inferior.

Também deve-se dar uma atenção especial ao aspecto material da carta. Cada ocasião requer um tipo especial de papel:

*“Escrever em papel grosso, em meia folha, é só para os criados abaixo, e para o vulgo. Servir-se de papel dourado e perfumado para cartas de negócio seria uma vaidade ridícula. O papel deve ser proporcionado às pessoas, idade, sexo, condição dos correspondentes. O papel dourado e perfumado, o guarnecido de tarjas de cor, ou transparentes, o de cor terna, é destinado para as senhoras moças, e para as pessoas cuja posição, hábitos e dignidade supõem o luxo e a elegância. Todavia, muitas pessoas distintas preferem, com razão, a simplicidade, e fazem uso de ótimo papel, mas sem ornato algum. Quem está de luto serve-se de papel e de sobrescrito preto.”*

Na correspondência, nenhum pormenor pode ser esquecido: o fechamento da carta também é uma arte. Recomenda-se o uso do subscrito, isto é do envelope, que existe à venda, combinando com o tipo de papel. Se não se usar envelope, deve-se ter cuidado na hora de dobrar a carta e fechá-la:

*“Quando escreverdes alguma carta em que a terceira página seja toda cheia, e que tenhais que a fechar no mesmo papel, deixai um espaço em branco `a direita para pordes a obreia, ou o lacre, a fim de que não aconteça que ao abrir da carta se rasgue o papel, se percam algumas palavras e se não saiba o que queríeis dizer.[...] O sobrescrito deve pôr-se de modo que a obreia fique para baixo, ou à direita, quando a carta seja ao alto. [...]A obreia, ou sinete, deve ser pequena para os grandes, um tanto maior para os iguais, grande para os inferiores. As pessoas que têm armas usarão delas em seus sinetes, as que não têm poderão mandar gravar neles as suas iniciais, ou alguma divisa acomodada à sua posição social, literária ou eclesiástica.”*

É curiosa a observação que Roquette faz a respeito da utilização do papel nos requerimentos e naqueles destinados ao rei e às autoridades:

*“Nos requerimentos e mais papéis que vão à presença Del-Rei, dobra-se o papel ao meio em cruz, e escreve-se somente na Quarta parte*

*dele, tanto na primeira como nas páginas seguintes. Nos requerimentos aos tribunais, posto que representam a Majestade, deixam-se margens menos largas; para os grandes serão um pouco mais pequenas, e assim irão diminuindo, segundo for a qualidade da pessoa a quem se escreve.”*

O autor enumera sete regras gerais para a composição das cartas, citando logo na primeira, um trecho de uma carta de Sêneca ( 4 a.C.-65 d.C.) a Lucílio: *“Assim como seria minha fala se sentássemos ou passeássemos juntos, assim quero que essa carta seja descontraída e informal.”* Esta é a tônica que ele dá às regras, desde que não haja exagero na descontração e na informalidade. Na essência, ele prega o seguinte:

1. ser natural e singelo, evitando a afetação e os adornos retóricos;
2. a simplicidade aconselhada na primeira regra não impede a presença de pensamentos engenhosos e profundos que servem para tornar a carta mais graciosa e interessante;
3. a familiaridade e a informalidade devem corresponder ao grau de intimidade que se tem com o destinatário, contudo nunca devem ser excessivas – aconselha-se uma “familiaridade nobre”;
4. nesse ponto, o autor retoma as três regras anteriores para uma recomendação expressa: ser natural, singelo e manter um tom familiar, o que não significa ser descuidado no estilo;
5. pelo fato de as cartas corresponderem a palestras, os assuntos não devem ser numerosos nem as palavras devem ser ordenadas com excesso de harmonia;
6. devem ser evitados os períodos excessivamente longos e complicados, a não ser que sejam necessários para a expressão do pensamento;
7. não se deve ser demasiado erudito; é de mau gosto as alusões obscuras e remotas, as personificações, as metáforas e as apóstrofes, a não ser que a imaginação do remetente e a comoção de seu coração o levem a empregar estas figuras.

Quando lemos as regras resumidas acima, notamos o dilema do autor que, certamente, se comprazia com as etiquetas, o emprego de fórmulas e a



observância de regras, mas que vivia o clima do movimento romântico que pregava a liberdade de expressão e o triunfo do sentimento sobre a razão.

Para cada gênero de carta, são necessárias regras diferentes. A classificação, que Roquette considera mais adequada para os diferentes tipos, é a seguinte: morais e de conselhos; de pêsames; de parabéns; de pretensão ou peditório; de recomendação ou de empenho; a pessoas de cuja companhia nos separamos; de queixas; de escusa; de negócios e encargos; de participação ou notícia; de boas festas e dia de anos, etc.

Resumidamente, o que deve ser observado nos diferentes gêneros é o seguinte:

1. cartas morais e de conselhos não devem ser ásperas, pois não serão atendidas;
2. cartas de pêsames devem ser breves, citando reflexões e conselhos tirados da religião; as respostas devem ser escritas no mesmo estilo, fazendo sobressair a conformidade com a vontade de Deus;
3. cartas de parabéns são fáceis, quando são sinceras, e difíceis, quando ditadas apenas pela política e urbanidade;
4. cartas de pretensão ou de peditório precisam ser cuidadosamente escritas, pois necessita-se de muita habilidade e precaução para relatar seus próprios méritos e ganhar a atenção e os favores do destinatário; quando acontece de se responder a este tipo de carta, será fácil quando se concede o pedido, mas difícil quando se nega, nesse caso, "*é necessário dourar a pílula o melhor que pudermos*";
5. cartas de recomendação ou de empenho se distinguem pelo fato de as primeiras serem escritas mais por formalidade, enquanto que nas últimas coloca-se todo valimento para com um amigo;
6. cartas às pessoas de cuja companhia nos separamos, normalmente, são cartas de agradecimentos pela acolhida que se tem, quando se convive e se é hóspede de alguém, trata-se do tipo de correspondência que pede graça e adorno epistolar, sem, que com isso, se torne pedante;

7. cartas de queixas devem ser muito diplomáticas, pois pode ser que se precise continuar contando com a amizade e o apreço da pessoa a quem se queixa, deve-se atribuir, então, sempre que possível, a falta do destinatário a suas ocupações ou a algum outro motivo, só assim se continua com sua proteção e amizade;
8. cartas de escusa são escritas com a finalidade expressa de responder a queixas ou acusações feitas; nelas, deve-se empregar um estilo singelo, e expressões naturais, com o fito de persuadir o destinatário da sinceridade de quem escreve, evitando-se, contudo, um tom demasiadamente humilde e rasteiro;
9. cartas de negócios e encargos são fáceis de escrever, pois se vai, sem preâmbulos, ao assunto principal; nelas o próprio interesse é quem governa o estilo, que deve ser breve e claro;
10. cartas de participação ou de notícia podem ser divididas em tristes, indiferentes ou alegres: as primeiras devem ser cautelosas para não causar maior dano a quem as recebe; as indiferentes são as que tratam de notícias políticas, ou de outra espécie, não precisam de cuidado especial, devendo os fatos serem relatados singelamente e sem transições; quanto às alegres, não é necessária nenhuma medida especial, pelo fato de serem sempre bem recebidas; é supérflua, nesse caso, qualquer prevenção;
11. cartas de boas-festas, de ano-bom, e dia de anos são socialmente obrigatórias. A respeito delas, Roquette afirma: *“O uso dos cumprimentos é uma espécie de mentiras de ofício, que regularmente a ninguém enganam, pois há pouquíssimas pessoas que não as tomem pelo que valem; porém, vivemos com os homens, e é mister adotar os costumes que são geralmente recebidos.”*

Nas considerações finais a respeito da arte de escrever cartas, seu autor ainda dá mais alguns conselhos, mostra sua preferência pelas cartas de um romano – Cícero - pelo fato de a cultura clássica fazer parte de uma boa formação; de uma francesa - Mme de Sevigné - já que, para ele, a França é o

país civilizado, por excelência; finalmente, considera também digno de estudo o estilo do padre português – Vieira. E, principalmente, não deixa de criticar:

*“O ‘Secretário português’, livro escrito com péssimo gosto, cheio de ranço da retórica escolástica, e que só pode servir para saber certas fórmulas que ainda às vezes se usam. [...] Quem se acomoda em nossos dias com a regra que ele nos dá, de ‘dizer, com ênfase, usar de epítetos, e flores de eloqüência’? Quem pode suportar aquelas cláusulas longas, periódicas, e por vezes redundantes e inchadas, que ele nos dá por exemplos? Quem não olhará como de mau gosto, e porventura pouco decente, aquele exemplo que ele nos inculca da invenção ornada [...] vereis a futilidade e mau gosto do Secretário português, segui meus filhos, as regras que vos tenho dado, que são autorizadas pelos grandes mestres. Em vez de consultardes os formulários rançosos daquela fastidiosa compilação, lede as Cartas seletas do padre Vieira.”*

As outras obras selecionadas por nós, que tratam da correspondência escritas, são: *Manual de Correspondência* (3ª ed., 1974) do Prof. José Maria de Souza Dantas, que apresenta, na capa, entre parênteses os temas estudados: (*Gramática, Correspondência Comercial, Bancária, Oficial com excerto de Autores Clássicos e Contemporâneos da Língua, Manual de Consultas*); *Manual de Cartas para todos os fins* (s.d.), provavelmente publicado no início da década de setenta, pelo fato de todos os modelos de carta trazerem em seu cabeçalho o ano de 1971; e *Correspondência – Técnicas de Comunicação Criativa (Cartas Comerciais: Modelos. Correspondência Oficial: Conceitos e Modelos. Relatório: Técnicas e Modelos.)* de João Bosco Medeiros, (12ª ed. 1997). O livro de Francisco da Silveira Bueno, *A Arte de Escrever* (10ª ed. 1961), dedica um breve capítulo a respeito da carta.

Preferimos fazer uma aproximação dessas obras com o *Código do Bom-Tom*, deixando de lado o *Secretário Português*, já que esse manual apresenta um estilo que todos os outros consideram ultrapassado, principalmente

pelo excesso de adornos retóricos, tão freqüente nos modelos apresentados por Freire.

Não tratamos da especificidade da correspondência oficial que tem suas normas apresentadas em uma publicação de 1978, do MEC, *Normas sobre correspondência, comunicação e atos oficiais* de Cauby de Souza. Abordamos, apenas de passagem, a redação comercial que, atualmente, serve-se de inúmeros modelos, grande parte deles apresentados por João Bosco Medeiros no manual já mencionado, com vantagens sobre outras obras, pois não só apresenta modelos, mas a carta comercial passo a passo, os segredos da redação comercial, os estilos na correspondência comercial, por exemplo, apresentando sete tipos de cartas: a monótona, a lacônica, de ladainha, a complexa e obscura, a truncada, a desdobrada e a dinâmica. Além disso, trata-se de uma obra de fácil consulta.

A respeito do **Tratamento** que deve ser utilizado na correspondência, notamos a preocupação de Roquette com a maneira correta de se dirigir “às *altas posições sociais*”, sendo obrigatórios os tratamentos estipulados por leis dos séculos XVI e XVII e por alvarás, como, por exemplo, o alvará Del-Rei D. José, de 15 de janeiro de 1759, que “*deu Excelência aos gentis-homens da Câmara de Sua Majestade, ainda não sendo titulares, e aos mestres-de-campo-generais; e Senhoria a todos os ministros que tivessem Carta de Conselho.*”

Atualmente, não precisamos empregar tantos tratamentos diferentes e rigidamente estabelecidos. O Prof. Souza Dantas apresenta uma pequena lista de pronomes de tratamento, os mais usuais: *Vossa Senhoria, Vossa Excelência, Ilustríssimo, Excelentíssimo, Senhor*, alertando que devemos empregar, com todos eles, a terceira pessoa do singular. O autor também afirma que uma das coisas mais importantes em qualquer idioma é a relação entre as pessoas gramaticais (1ª, 2ª e 3ª) que deve ser respeitada, tanto quando se fala, como quando se escreve, com isso, ele quer dizer que não podemos usar “*nós vai*” nem “*tu foi*”. Observações desse tipo demonstram que ele acredita que o seu leitor tenha um baixíssimo nível de escolaridade.

O Prof. Silveira Bueno também declara que o emprego das pessoas gramaticais é um ponto de absoluta importância. Devemos usar sempre a terceira pessoa do singular ao nos dirigirmos ao destinatário, já que o emprego da segunda pessoa do singular é considerada pedante entre nós. Alerta que não podemos confundir os tratamentos, iniciando uma correspondência na terceira pessoa do singular, passando para a segunda pessoa e voltando para a terceira novamente. Finaliza, explicando que as pessoas de autoridade ou representativas escrevem sempre na primeira pessoa do plural. Trata-se do plural majestático.

Waldemar Rangel, acreditando que ainda é comum o “*comércio epistolar*” com a nobreza e com autoridades da Igreja, preocupa-se com os apelativos corretos para um Papa, um Cardeal, um Príncipe, um Marquês, um Marechal.

Finalmente, João Bosco Medeiros também comenta a mistura de tratamentos na correspondência, afirmando que, se optamos por empregar a terceira pessoa do singular, devemos continuar com este tratamento até o final da carta. Ele admite o emprego da segunda pessoa do singular, que Silveira Bueno considera pedante, mas condena a utilização da segunda pessoa do plural, vós, porque dá ao texto “*ares pernósticos*”. Medeiros não é tão severo a respeito da mistura de tratamentos nas cartas familiares ou íntimas, pois “*na correspondência particular não se exige apego tão rígido às normas, mas apenas que o conteúdo da carta seja legível*”. Ao invés do plural *majestático* de Silveira Bueno, ele apresenta o *plural de modéstia*, pois parece mais polido dizer *resolvemos, determinamos, pensamos* do que dizer *resolvo, determino, penso*.

A respeito da contextura das cartas de que nos fala Roquette, isto é, da sua apresentação, os autores assim se expressam. Souza Dantas introduz o que considera os seis requisitos da *Boa Carta*: 1) pensar antes de escrever; 2) organização do assunto; 3) limpeza; 4) simplicidade; 5) concisão; 6) elaboração do cabeçalho. Em seguida, apresenta o correto formato da carta datilografada. Dois desses requisitos tratam da contextura das cartas: a limpeza – as cartas nunca devem conter rasuras, emendas ou borrões; e o cabeçalho – como deve ser preenchido. E, finalmente, apresenta um modelo de *sobrecarta*, isto é, do

preenchimento do envelope. Ele nos aconselha, citando Odacir Beltrão, *Correspondência: linguagem e comunicação* (s.d.) que, por sua vez, cita Joaquim Raúl Seoane. (sem identificação da obra), que “*a exatidão do nome e sobrenome no envelope pode, quiçá, ser ainda de maior importância que a carta mesma, posto que é o primeiro que se lê e dali nascerá uma boa ou má impressão; a correção do endereço, obviamente, é de importância para que a carta chegue ao destino sem demora alguma.*”

Silveira Bueno trata dos seguintes requisitos gerais das cartas: 1) do papel, que deve ser branco; 2) da tinta, que deve ser preta ou azul-escuro; 3) da caligrafia, que deve ser legível e firme; 4) do aspecto geral, que não deverá causar “*náuseas ao leitor*”, já que muitas cartas ficam sem resposta por causa da aparência desagradável que apresentam, e acrescenta que “*o perfume nas cartas permite-se aos noivos*”; 5) do número de páginas, que deve ser pequeno, porque “*a brevidade é a melhor nota do escrito*”; 6) da linguagem, que deve ser simples e correta, deixando de lado “*toda e qualquer literatice*”; e 7) das pessoas gramaticais (assunto já abordado na parte dos pronomes de tratamento). Em seguida, ele trata, sem nenhuma novidade, das partes componentes da carta e, para concluir, salienta a importância do “*sobrescrito na sobrecarta*”, apresentando todos os seus elementos: a) o título da pessoa a quem se escreve; b) o nome bem claro; c) o endereço ainda mais claro e certo; d) o selo exigido pela tarifa postal; e) no verso, da sobrecarta, o nome e o endereço do remetente.

Waldemar Rangel acredita que para escrever uma carta é suficiente que a pessoa saiba expressar-se corretamente, de modo simples, natural e claro. Ele adverte a respeito da importância da caligrafia e do aspecto da carta, pois “*uma carta elegantemente escrita e asseada proclama um autor de características semelhantes*”. A respeito da escolha do papel e do envelope, ele nos faz lembrar as preocupações de Roquette, aconselhando, por exemplo, que não se deve descuidar da boa qualidade do papel, dando preferência aos de tonalidades claras e formato discreto. Alertando que perfumar fortemente o papel de carta denota mau gosto e vulgaridade. A respeito do sobrescrito do envelope, Rangel, acreditando ainda na frequência de nossa correspondência com a nobreza, o alto

clero e autoridades governamentais, nos explica que: “*Para um príncipe, sobrescritar-se-á, À Alteza... Para um titular, Exmo. Senhor Marquês de... Para o Papa, A sua Santidade... Para um Cardeal, A sua Eminência, Sr. Cardeal...*”

João Bosco Medeiros, mais atual e conhecedor das exigências e normas da correspondência, principalmente, comercial, preocupa-se com as modalidades e dimensões do papel existentes no mercado, dá instruções para o emprego do computador, na programação do *Windows*, que simplifica extraordinariamente a correspondência. Em seguida, apresenta as introduções mais comuns, como produzir o texto da carta e os fechos de cortesia mais atuais. Medeiros é um autor que sabe da importância da tecnologia, facilitando a vida de quem precisa corresponder-se.

Apesar de acreditarmos que, num futuro bem próximo, o papel de quem faz correspondência comercial, bancária ou oficial será o de *abrir uma janela do Windows* para encontrar a carta praticamente pronta, o nosso interesse principal é o de apresentar uma revisão de, como no passado, se escreviam cartas. Passamos, dessa forma, para o último item dos manuais de correspondência que selecionamos para análise: as regras gerais para a composição das cartas.

Roquette, como já vimos, apresenta sete regras, sendo que todas elas são regidas por um princípio: “A simplicidade sem perda da nobreza da expressão”.

Souza Dantas institui os seis requisitos da boa carta. Dois desses requisitos fazem parte da contextura, isto é, da apresentação da carta. Os demais fornecem regras gerais: pensar antes de escrever, em que se aconselha a formulação mental da carta, dispensando-se a minuta, quer dizer, o rascunho; organização do assunto, em que se espera que cada assunto seja tratado separadamente, para “*não obscurecer a carta*”; concisão, isto é, ser objetivo, abordando diretamente o assunto; e, finalmente, simplicidade, que diz respeito ao estilo, onde se aconselha ser breve, gentil e “*não empregar termos rebuscados*”.

Silveira Bueno divide as cartas em familiares, comerciais e sociais e dá conselhos sobre cada gênero. As familiares, no seu entender, “*as verdadeiras*

*cartas*”, exigem, como qualidades indispensáveis, a simplicidade e a franqueza, evitando-se as indiscrições, pois “*a melhor recomendação de uma carta é poder aparecer em todo e qualquer lugar*”. As comerciais devem ser claras, completas, concisas e delicadas. As sociais devem ser breves, concisas e polidas.

Waldemar Rangel apresenta os seguintes gêneros de correspondência: familiar; telegramas, convites e cartões; amorosa; e comercial. Na familiar, ele recomenda a simplicidade, sem que se caia na vulgaridade, devendo-se evitar, a todo custo, os chavões do tipo: “*Espero que estas mal traçadas linhas*”; ou “*Em primeiro lugar espero que esta o encontre gozando perfeita saúde em companhia dos seus. Nós aqui vamos indo bem, com as graças de Deus*”. Quanto aos telegramas, ele se preocupa com a extrema concisão, para que não se torne oneroso. Os convites têm que ser concisos, simples e respeitosos. Os cartões são excelentes meios de se transmitir votos de boas festas e felicitações em todas as ocasiões festivas. Ao tratar da correspondência amorosa, o autor é óbvio e piegas, quando afirma que é um meio excelente para se declarar por escrito o que não se consegue à viva voz. As cartas de amor são importantes, “*pois é do amor que depende sua felicidade futura, portanto não se acanhe em defender sua felicidade redigindo* (acrescentamos, “copiando”, já que imediatamente ele passa a apresentar modelos) *belíssimas páginas para o seu ente querido*”.

Medeiros preconiza para uma boa carta, e ele está se referindo à correspondência comercial e oficial, as seguintes qualidades: clareza, coerência, concisão, correção, cortesia, harmonia, naturalidade, objetividade, originalidade, precisão, persuasão e polidez.

### **3.1. Comentário a respeito dos manuais**

Que conclusão podemos tirar das observações que fizemos a respeito desses manuais? Se existem modelos e regras estabelecidas de antemão para a redação de cartas, isso ocorre por dois motivos, ambos igualmente importantes: O primeiro deles, que é o mais evidente, é a função de orientação, de ajuda, para quem precisa realizar essa tarefa e pensa que não tem condições de se sair bem,



ou, realmente, não tem essas condições, ou ainda, é uma pessoa qualificada para tanto, mas que, em determinadas ocasiões, prefere comprar o bolo pronto a fazê-lo, isto é, usar o modelo, o formulário e enviá-lo a seu destino; ou prefere, ainda, abrir o livro de receitas e seguir, passo a passo, as instruções para fazer o bolo, para ter a certeza de que ele vai ficar bom, antes de entregá-lo.

Continuando com a nossa metáfora culinária, o segundo motivo da existência de modelos e de regras para a composição da correspondência é a possibilidade que o remetente tem de desobedecer a elas, isto é, de poder, se tiver vontade, quebrar a fôrma do bolo, jogar fora o livro de receitas, apenas pelo prazer de inventar receitas novas e de fazer novas fôrmas para doces diferentes. O que motiva o autor da carta a agir assim, além do desejo de transgredir, é o fato de poder criar, de poder fazer diferentes arranjos, com as mais diversas intenções, sendo que a literária não é a mais importante e não precisa, ao menos, existir.

Um exemplo desse tipo é a “*carta de empenho*” que Eça de Queiroz envia para Oliveira Martins. Como vimos, quando nos referimos ao *Código do Bom-Tom*, de Roquette, a carta de empenho é aquela em que o remetente coloca *todo seu valimento* para com um amigo. Eça de Queiroz brinca com este tipo de carta, que era um recurso muito empregado em Portugal, de seu tempo:

*Bristol, 29 Julho 1886*

*Meu querido Oliveira Martins*

*[...] Quando eu estava no Porto, assisti com efeito ao pavoroso espetáculo dos estudos de Luís de Castro: ele quer ser, creio eu, engenheiro naval: e por isso andava introduzindo dentro do crânio, por meio de um martelo e dum compêndio, um tratado de direito civil, as *Éclogas* de Virgílio, e a lista de todos os reis de França e de Inglaterra, com os seus nomes, os seus números, as suas alcunhas, as suas famílias, os seus bastardos e as suas fundações *pias*. E foi então que eu compreendi a filosofia, e a secreta moral do empenho. O empenho tão caluniado pelos austeros, é por fim, a*

*salvação do país. O empenho é o corretivo do bom senso público aplicado ao disparate oficial. Sempre que um Regulamento, saído de um antro burocrático, impõe ao público uma prática tola – o público coliga-se por meio do empenho, para lhe anular os efeitos funestos.*

*[...]Como esta carta é só de empenho, não te falo em outros assuntos – a não ser em dois igualmente interessantíssimos para Portugal e para mim: quando há probabilidades de que tu, enfim, nos comece a governar? E quando aparecem os sonetos de Santo Antero?*

*Abraça o santo, e tu recebe abraço igualmente afetuoso do teu do C.*

*Queiroz*

### **3.2. Além dos manuais de cartas**

Existem várias possibilidades de rompimento das convenções epistolares, do cerimonial das cartas. Normalmente, a carta é escrita pela impossibilidade de se conversar pessoalmente com o seu destinatário, pelo fato de o mesmo se encontrar distante. O fator distância é, pois, um dos fatores determinantes da correspondência. Não é o que acontece entre Gerschenson e Ivanov que, durante o período da convalescença de ambos, em 1920, na “Casa de convalescença para trabalhadores intelectuais”, em Moscou, estando na mesma enfermaria, podendo, inclusive, se locomover, preferiam trocar cartas. Essa correspondência foi mais tarde publicada com o título de *Correspondência de um ângulo a outro*. Eis alguns trechos.

*De Ivanov a Gerschenson:*

*Sei, querido amigo e vizinho de canto nesta mesma sala comum, que você duvidou da imortalidade pessoal e de um Deus corporal.[...]*

*De Gerschenson a Ivanov:*

*[...] Nós, querido amigo, ocupamos os extremos de uma diagonal; não apenas em nosso aposento como também espiritualmente.[...]*

*De Gerschenson a Ivanov:*

*Esta correspondência de extremo de nosso aposento e cujo começo se deve ao acaso, está se tornando cativante para mim. Você se lembra: escreveu-me sua primeira carta durante minha ausência e, aproveitando-a, a deixou em minha mesa. Respondi, estando você ausente. Escrevo agora diante de seus olhos enquanto você, mergulhado em tranqüila meditação, procura suavizar as arestas rudes e seculares das estrofes de Dante, para modelar a sua semelhança os versos russos.*

*Escrevo, porque assim o pensamento se expressa com mais plenitude e será percebido mais distintamente, como um som no silêncio.*

Grifamos, na carta de Gerschenson a Ivanov, o trecho em que ele declara a preferência pela linguagem escrita que, para ele, *expressa com mais plenitude o pensamento*.

Muitas vezes, o destinatário, com o intuito de criar uma atmosfera de presença para o seu remetente distante, descreve para ele em que condições se encontra no momento da composição da carta. É dessa forma que Graciliano Ramos se apresenta aos olhos da noiva:

*Heloísa;*

*[...] Sento-me à banca, levado por um velho hábito, olho com rancor uma folha de papel, que teima em conservar-se branca. [...]*

*Principio uma carta que devia ter escrito há três meses, não posso concluí-la. Fumo cigarros sem conta, olhando um livro aberto, que não leio. Danço-me na cabeça uma chusma de idéias desencontradas. [...]*

*Apaga-se a luz, deito-me. O sono anda longe. [...]*

*Não consigo dormir. O nordeste lá fora, varre os telhados[...]*

(Ramos, Graciliano. *Cartas de amor da Heloísa*. R.J.: Ed. Record, 1994)

Na década de oitenta, praticamente cem anos após terem sido escritas, foram publicadas as cartas (1887-1904) que Sigmund Freud enviou, durante mais de quinze anos, a seu amigo mais íntimo, Wilhelm Fliess. As cartas se

constituem, provavelmente, em um dos documentos mais importantes da história da psicanálise, apesar de terem sido escritas sem nenhuma intenção de publicação. Tanto é verdade que seu remetente famoso relutou muito antes de dar a sua permissão para que fossem publicadas, condescendendo que a sua publicação fosse feita só depois de sua morte. Como o nosso interesse não é a psicanálise, e, muito menos, uma análise da correspondência freudiana, transcrevemos um pequeno trecho de uma das cartas a Wilhelm, que nos interessa, como no caso acima da correspondência de Graciliano à sua noiva, pelo fato de o destinatário descrever para o remetente em que condições se encontra ao escrever a carta.

*Viena, 28 de maio de 1888.*

*Caro amigo e colega:*

*Tenho uma pequena razão para escrever-lhe, embora pudesse tê-lo feito há muito tempo sem razão alguma. [...]*

*Neste momento, tenho reclinada diante de mim uma senhora em hipnose e, por conseguinte, posso continuar a escrever em paz. [...]*

*O tempo da hipnose está esgotado.*

*Saúdo-o cordialmente.*

*Com muita pressa,*

*Dr. Freud.*

O excesso de sinceridade do remetente para com seu destinatário, em detrimento da pobre cliente hipnotizada, faz com que nos sintamos *voyeurs* no consultório do famoso médico que, com certeza, não gostaria de saber de nossa indiscrição.

Um dos romances epistolares mais famosos, *As Ligações Perigosas*, de Choderlos de Laclos (1741-1803), publicado em Paris, em 1782, emprega o artifício da correspondência para conduzir o enredo pérfido que o autor arquitetou: cartas de amor eram enviadas por um corrompido e corruptor cavalheiro, que deseja, a qualquer preço, conquistar uma jovem senhora casada e fiel a seu marido. As artimanhas que o conhecimento do léxico amoroso lhe proporcionam,

fazem com ele tenha sucesso em sua empreitada: a mulher se rende. Uma dessas cartas, antes da conquista, ele escreve no leito de uma amante ocasional que lhe oferece as costas como escrivãzinha – forma requintadamente diabólica que ele encontrou para lhe escrever. Nós, os leitores da carta, somos cúmplices dela, sabemos o real significado das palavras e, impotentes, presenciamos, algumas cartas depois, a rendição da vítima.

A importância que as cartas tiveram até o início do século XX é fácil de aquilatar, pois tratava-se da única possibilidade que as pessoas tinham de comunicação quando a distância geográfica as separava. Além do mais elas certamente possuíam uma virtude que nós não temos – a paciência. A expectativa de receber uma carta, para, por exemplo, saber notícias de amigos e parentes distantes aliava-se ao prazer de responder a ela, retomando por sua vez o turno conversacional, com a vantagem de poder analisar não só a fala do remetente, mas as outras pistas fornecidas pelo envelope, pelo papel, pela letra, pelas marcas, enfim, deixadas inadvertidamente, ou de propósito. O hábito de corresponder-se era, para muitas pessoas, tão natural que o estilo, o tom adotados eram reveladores do estado de espírito de quem escrevia e dos sentimentos que devotavam aos seus destinatários. Além disso, sentiam-se perfeitamente bem, revelando pequenas e grandes mazelas, inconfessáveis diante de outro interlocutor, mostrando um lado humano que nenhuma autobiografia ou diário, por mais sinceros que sejam, conseguem demonstrar. Essa naturalidade, esse estar à vontade, essa conversa para se jogar fora, encontramos em inúmeras correspondências. Escolhemos dois exemplos. O primeiro de Mozart, em carta dirigida a uma prima, e o segundo de Fernando Pessoa, escrevendo a Ophélia.

*Manheim, 5.11.1777*

*“Queridíssima priminha coelhinha! Acabo de receber sua preciosa carta farta, e por ela me dei conta tonta que o Sr. primo limo e a Sra. prima mima, e como ele estão muito bem belelem; nós também estamos com saúde alaúde. Hoje recebi a carta esperta do meu pai ha-ha,*

*na qual acabo de pôr minhas garras alcaparras. Espero também que a carta que escrevi de Manheim para aí caí tenha sido achada recebida lida. Quanto melhor, melhor quanto! Agora algo um pouco mais inteligente. Sinto muito que o Sr. Prelado Salgado já tenha sofrido novamente um enfarte em parte. Espero, no entanto, que com a ajuda de deus ateus a coisa não tenha conseqüência paciência. na sua carta você conta apronta que pretende cumprir a promessa que me fez antes que eu partisse de Ogspurg, e isso nua e crua. ora, eu certamente vou me arrepender. Você escreve ainda, sim, você se deixa levar, você se dá inteira, você deixa transpirar, você leva ao meu conhecimento, você explica, você me dá a entender, você me informa, você me anuncia, você me deixa claro, você deseja, você cobiça, você exige, você quer, você gostaria, você ordena que eu lhe mande um retrato meu romeu. [...]*

*Agora tenho que lhe contar uma história triste... Agora adeus mesmo, eu mando dez mil beijos e como sempre continuo sendo o velho jovem Rabo de Porco Wolfgang Amadé Rosário.”*

(Carta de Mozart à “Bäsle” em Augsburg, extraída da obra de Kurt Pahlen.

*Mozart – Crônica de vida e Obra).*

5. 04. 1920

*Meu Bébé pequeno e rabino:*

*Cá estou em casa, sozinho, salvo o intelectual que está pondo o papel nas paredes (pudera! havia de ser no teto ou no chão!) e esse não conta. E, conforme prometi, vou escrever ao meu Bébézinho pra lhe dizer, pelo menos, que ela é muito má, exceto numa coisa, que é na arte de fingir, em que vejo que é mestra.[...]*

*Não te admires de a minha letra ser um pouco esquisita. Há para isso duas razões. A primeira é a de este papel (o único acessível agora) ser muito corredio, e a pena passar por ele muito depressa; a segunda é a de eu ter descoberto aqui em casa um vinho do Porto esplêndido, de que abri uma garrafa, de que já bebi metade. A terceira razão é haver só duas razões, e portanto não haver terceira razão nenhuma.[...]*

*Adeus; vou-me deitar dentro de um balde de cabeça para baixo, para descansar o espírito. Assim fazem todos os grande homens – pelo menos quando têm – 1° espírito, 2° cabeça, 3° balde onde meter a cabeça.*

*Um beijo só durando todo o tempo que ainda o mundo tem que durar, do teu sempre e muito teu.*

*F. (Nininho)*

(Mourão-Ferreira, David e Queiroz, Maria da Graça. *Cartas de amor de Fernando Pessoa*. Lisboa: Edições Ática, 1978)

#### **4. Conclusão**

Procuramos situar a carta como um objeto específico que precisa de uma estrutura especialmente montada para chegar ao seu destino. Para tanto abordamos brevemente alguns aspectos que nos pareceram pertinentes da história dos correios, história que vamos também tendo notícia à medida que lemos as correspondências de Ruy e Lobato. Eles comentam com suas destinatárias os atrasos e os extravios das cartas, vivendo ambos na expectativa muitas vezes lograda da chegada da mala postal, de navio, no caso de Ruy Barbosa e de trem e de lombo de burro, no caso de Monteiro Lobato. Abordamos também como a carta, de simples mensagem escrita, com a função pragmática de estabelecer a comunicação à distância entre os homens, passa a constituir um gênero literário – a epistolografia – cultivada há mais de dois mil anos pelos artistas, políticos e intelectuais com os mais diferentes propósitos. Finalmente, pelo fato de os manuais de cartas terem exercido um importante papel no estabelecimento de regras e fórmulas e na reprodução de modelos para os diversos tipos de correspondência, inclusive a amorosa, julgamos pertinente o estudo que fizemos de alguns deles, já que este capítulo introdutório teve a função de montar um cenário que, certamente, se adapta a inúmeras histórias, sendo os manuais o roteiro seguido por uma multidão de intérpretes, geralmente anônimos.